



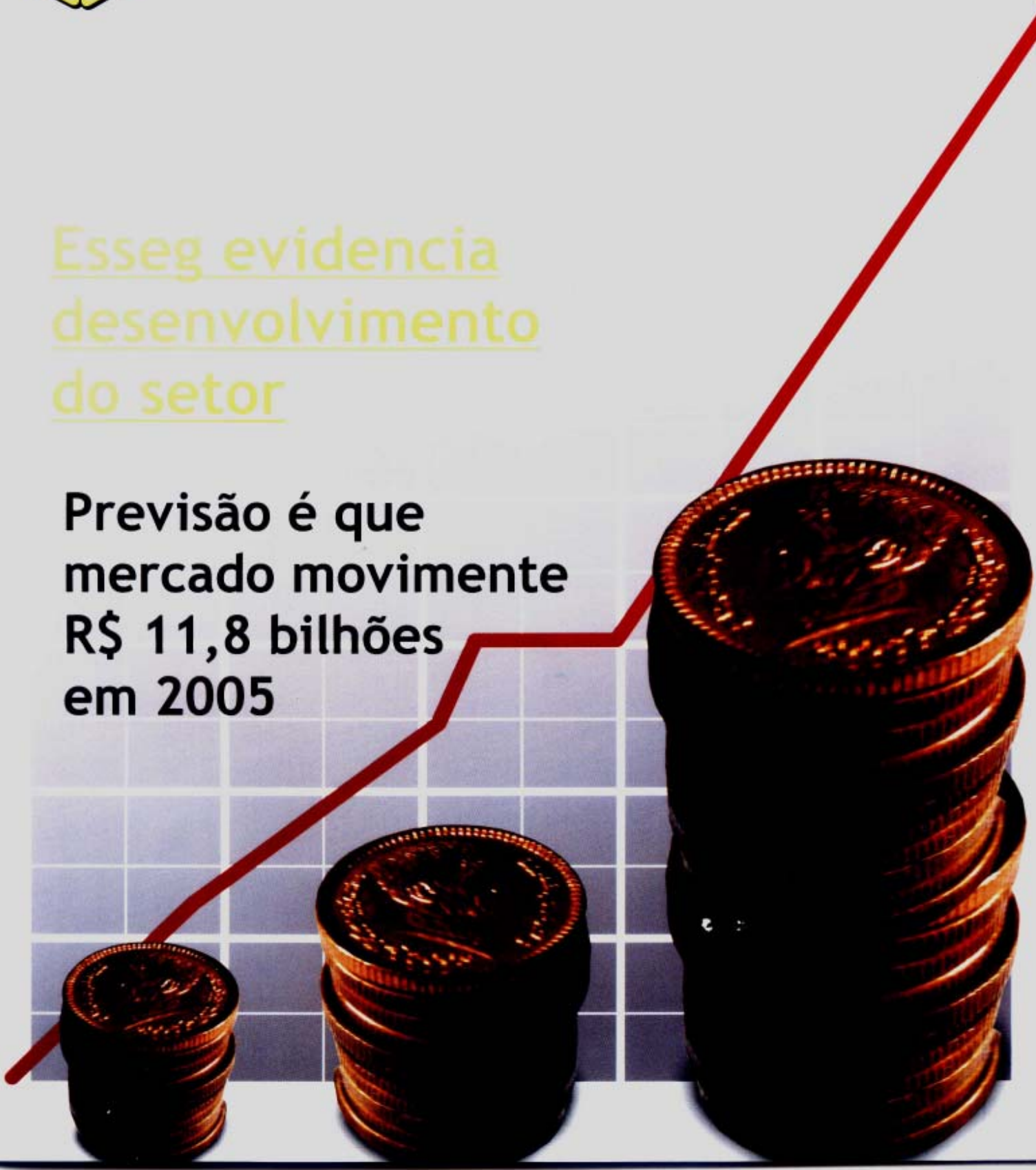
Revista

Brasília - Agosto / 05 Ano III - nº 4

Fenavist

Esseg evidencia
desenvolvimento
do setor

**Previsão é que
mercado movimente
R\$ 11,8 bilhões
em 2005**

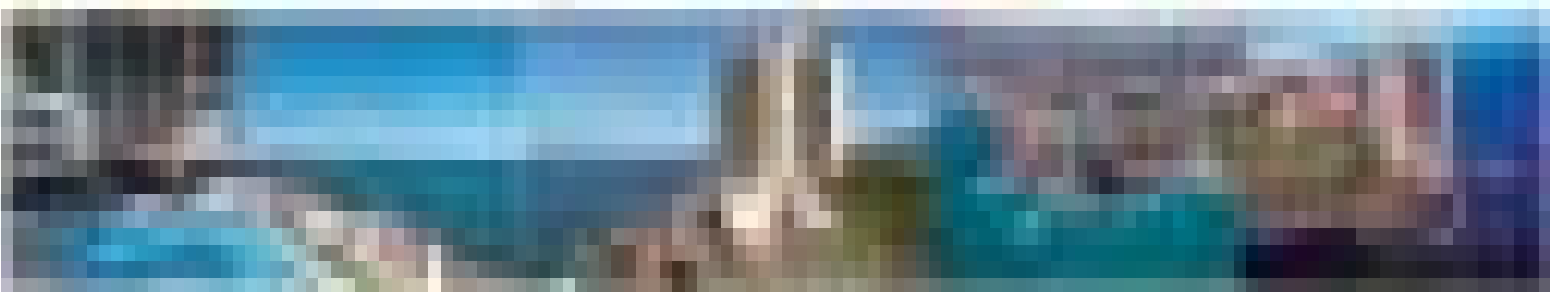


THE CONCEPT OF THE ENLIGHTENING A THE ALTERNATIVE SOLUTIONS

THE CONCEPT OF THE ENLIGHTENING A THE ALTERNATIVE SOLUTIONS

THE ENLIGHTENING A THE ALTERNATIVE SOLUTIONS

THE ENLIGHTENING A THE ALTERNATIVE SOLUTIONS



THE ENLIGHTENING A THE ALTERNATIVE SOLUTIONS

THE ENLIGHTENING A THE ALTERNATIVE SOLUTIONS



Direção Correta

Quando a Federação, há alguns anos, começou as discussões acerca da modernização do setor de maneira planejada, visando ao fortalecimento e ao crescimento, foi vista com desconfiança por muitos. Entretanto, hoje, quatro anos após os primeiros esboços de discussões e depois de muitas ações refletirem positivamente sobre o mercado, a história é outra.

O Estudo do Setor de Segurança Privada (Esseg), lançado em 2004, pode ser considerado um divisor de águas para o segmento. Com a publicação do estudo, pela primeira vez a segurança privada foi investigada a fundo, de maneira que pôde contribuir com um maior número de pessoas capacitadas no mercado, oferecendo uma gama de informações que puderam ser utilizadas pelos empresários na hora da tomada de decisão.

Como tudo o que é pioneiro, o estudo apresentou pequenas falhas em sua primeira edição. Porém, a segunda, apresentada no último dia 11 de agosto, não tapou apenas as brechas anteriores, mas apresentou um trabalho totalmente novo, resultado do esforço de muitas pessoas que, ao longo do último ano, se esforçaram em busca de informações que tornaram o II Esseg fiel à realidade do mercado. Conseqüentemente, poderá ser utilizado com total confiança pelo empresariado na hora de decidir as ações de sua empresa.

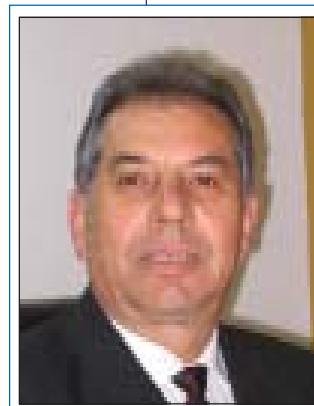
Continuo acreditando na potencialidade de crescimento do mercado de segurança privada, e os dados do Esseg demonstram isso. O estu-

do projeta um índice de crescimento para o ano superior aos de muitos segmentos da economia nacional, o que só aumenta minha vontade de lutar pela melhoria de nossa atividade.

Infelizmente, contudo, nosso mercado continua sofrendo com a clandestinidade, concorrência desleal, prática de preços inexequíveis, entre outros problemas que têm obstruído a modernização do mercado como esperamos. Entretanto, esses obstáculos, em nenhum momento, têm desanimado a Fenavist, que, ao lado dos sindicatos, diariamente, tem lutado para alcançar soluções que permitam o crescimento e o fortalecimento pleno do segmento, objetivos fundamentais do Projeto Fenavist.

O fortalecimento só é possível com união de todos os que participam do setor, empresários, contratantes, órgãos reguladores e fiscalizadores e governo. Com essa visão, o Encontro Nacional das Empresas de Segurança Privada (Enesp) tem se fortalecido e alcançado sucesso pleno em todas as regiões, já que consegue reunir todas as vertentes do segmento em torno de discussões que visam à melhoria da atividade.

Assim, volto a afirmar que o futuro do segmento depende de estarmos atentos para acompanhar a evolução do mercado e unidos para nos adequar às novas situações. Mantendo a coesão e acreditando que um crescimento planejado é possível, o setor ganhará maior representatividade e poderemos minimizar as deficiências, enquanto colocamos em prática nossas potencialidades.



Jefferson Simões
Presidente da Fenavist

Sumário

agosto/2005



3 Editorial

Direção correta

11 Clandestinidade

Combate a segurança irregular

12 Entrevista

Marcos Paiva

16 ENESP

Eventos movimentam setor

20 Abseg

Profissionalização da segurança

22 Capa

Segundo Esseg



Capa: HuM Comunicação

Errata

Na edição passada, foi cometido um equívoco. O cargo ocupado pelo Sr. Edson de Araújo Lobo, entrevistado da publicação de março, é o de **Gerente-Geral da Unidade Gestão de Segurança do Banco do Brasil** e não o de Gerente-Executivo da Gerência de Inteligência (DEPRE) do Banco do Brasil, como afirmado por esta revista.

28 Fenavist
Ações da Federação

32 Sindicatos
Notícias regionais

34 Gente



Presidente
Jefferson Simões

Vice-Presidente Nacional
Marcelo Oliveira Borges

Vice-Presidentes
Edson Pinto, Lelivaldo Benedito Marques, Isabela Fernandes Bacelar, Fernando Lage, César Marques de Carvalho, Paulo Macedo, Marcos Paiva, Cel. Valdir Soares, Lélvio Vieira Carneiro Júnior, Eraldo Doderio Reis, Percival Aracema, Vagner Jorge, Marino Eugênio, Antônio Geraldo Perovano, Guilherme Alexandre da S. Santos, Odair de Jesus Conceição, Mauricio Alves, José Jacobson Neto, Ivan Zanardo

Vice-Presidentes Adjuntos
Luiz Santana, Ernani Miranda, Sílvio C. Araújo, Victor Saeta, Alfredo Ibiapina, Otávio de Castro, Fábio Rezende, Agostinho Gomes, José Tarcísio, Marcos Félix, Ari Dal Bem, José Curcino Raposo, Marcos André Vilhena, Lucilo da Costa Pinto Neto, Carlos Güalter, José Pacheco, Guilherme Fernandes, Ivan Hermano, Renato Fortuna, Jéferson Furlan

Conselho-Fiscal
Leonardo Moreira Prudente, Sílvio Pires, Sebastião Divino de Souza

Conselho-Fiscal Adjunto
Edmar Lemes, Nelson Neves, Antônio Fernando de Carvalho

Delegados Representantes
Lélvio Vieira Carneiro
Jefferson Simões

Delegados Representantes Adjuntos
Cláudio Neves, Leonardo Prudente

Conselho de Ex-Presidentes
Eunício Lopes de Oliveira
Lélvio Vieira Carneiro
Cláudio da Silva Neves

Diretora-Superintendente
Rosângela Menezes



REDAÇÃO
Daniel Dutra
Luís Augusto Evangelista

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Easy Comunicação Visual
Fone/fax: (61) 3340-8172
easycomunicacao@terra.com.br

GRÁFICA
Itamarati

FOTOGRAFIA
Daniel Dutra
Lilian Ferracini
Luís Augusto Evangelista
Wesley Koga

Ed. Confederação Nacional do Comércio
SBN Qd. 1 - Bl. B - 7º andar - sala 701 CEP: 70040-000
Brasília - DF - Brasil Tel: 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.com.br

Mercado em transformação

Profissionais defendem mudança no currículo básico de formação para desenvolver capacitação de vigilantes

Para atender às exigências do mercado cada vez mais competitivo e ligado às novas tecnologias, os profissionais de vigilância têm procurado se adaptar como podem ao campo de trabalho. O aumento do grau de exigência dos contratantes tem, conseqüentemente, feito com que, na contratação de vigilantes, se exija um nível de escolaridade superior ao estabelecido pela legislação, que é, no mínimo, ter a 4ª série completa do ensino fundamental. A explicação para tal fato pode estar na incorporação de tecnologias de baixo custo, o que ajudou na ampliação da vigilância eletrônica e dos serviços de monitoramento. Além da reorganização e do desenvolvimento do setor, que passou a atuar em shoppings, eventos e serviços altamente especializados.

“O mercado mudou muito. Isso pode ser um reflexo do aumento da demanda por vigilantes hábeis na manipulação de equipamentos eletrônicos e na interação com o público. O ideal seria a legislação ser alterada para se exigir dos vigilantes, no mínimo, o 2º grau completo”, analisa o presidente da Associação Brasileira das Escolas de Formação de Vigilantes (Abcfav), coronel Waldir Soares. De acordo com a Lei nº 7.102/83, que regulamenta o setor, além da escolaridade, outro pré-requisito para se tornar vigilante é ter 21 anos de idade.

Nas 120 horas de aula do curso de formação, existem sete frentes para serem ministradas. O curso pode durar apenas três semanas para aqueles matriculados no horário diurno. Os alunos recebem lições de primeiros-socorros, combate a incêndio, defesa pessoal, direito penal e relações



Futuros vigilantes tentam inserção no mercado de trabalho

humanas, entre outras disciplinas. A cada dois anos, é obrigatório o curso de reciclagem, com a mesma grade curricular, porém com uma carga horária menor. “É necessário aprender um pouco de informática, pois, de vez em quando, nos pedem para fazer pesquisas de nomes para encontrar pessoas que já passaram pelo hospital. Acredito que uma pessoa com apenas a 4ª série primária tenha dificuldades até mesmo de escrever”, endossa Luís Carlos, vigilante há seis anos de um hospital público no Gama.

A diretora de uma escola que forma cerca de 80 vigilantes por mês, Sônia Gomes, aponta que um dos problemas nas salas de aula é a grande diferença de

escolaridade entre os alunos. “Temos em uma mesma sala alunos saindo do primeiro grau e alunos cursando nível superior. Precisamos, assim, adequar o discurso para ser compreendido por todo esse público. O fato é que muitos não vão conseguir emprego”, explica. Segundo dados da II edição do Estudo do Setor da Segurança Privada (Esseg), existem no Brasil 208 escolas de formação que, em 2004, formaram 125 mil novos vigilantes.

Capacitação

Segundo o coronel Waldir Soares, já foi encaminhada uma solicitação ao Departamento de Polícia Federal (DPF),

órgão regulador da segurança privada, para que haja alterações na Portaria 992, de 1995, que normatiza os currículos para a formação dos vigilantes. “Para um currículo menos técnico e mais voltado para capacitação, deve haver mudança na legislação”, ressalta. Para a diretora Sônia, a capacitação não se restringe somente ao manuseio de novas tecnologias, mas inclui também relações humanas, tais como aspectos de liderança e aulas de português, entre outras atividades. “Deveria existir um diálogo maior entre as empresas de segurança, as academias e a Polícia Federal. Podemos discutir e chegar a um consenso. Seria importante a presença de pessoas mais experientes para opinar sobre as necessidades reais do mercado”, completa.

O coronel Severo Augusto, diretor-executivo da empresa de Tecnologia, Inteligência e Planejamento de Segurança (TIS), acredita na importância da capacitação, pois a segurança privada deve agir junto com a segurança pública, ajudando na prevenção de crimes. De acordo com o coronel, os profissionais devem agir com uma reflexão mais profunda diante dos acontecimentos. “Temos que intervir no processo social, mas nem sempre somos bem-vistos. A população pensa que só existimos para bater e prender. Defendo um sistema de policiamento privado, que é diferente de vigilância privada, agindo preventivamente e não repressivamente”, explica.

O coronel Severo proferiu palestra sobre policiamento privado na segunda edição do Encontro Nacional de Empresas de Segurança Privada (Enesp), em Vitória



Diretora Sônia Gomes: diálogo para mudanças no currículo básico

(ES). Para melhorar os trabalhos dos vigilantes, defendeu que as mudanças não devem acontecer somente nas escolas de formação. “É preciso criar uma nova mentalidade de policiamento privado que

agregue valor às atividades das empresas de segurança privada. O recomendável é trabalhar com diagnóstico, planejamento, qualificação dos recursos humanos e avaliação dos resultados”, completou.

Os requisitos para a matrícula em curso de formação de vigilantes são:

- a.. ser brasileiro maior de 21 anos de idade;
- b.. ter instrução correspondente à 4ª série do primeiro grau;
- c.. ter sido aprovado em exame de saúde física e mental;
- d.. ser isento de antecedentes criminais registrados;
- e.. estar quite com as obrigações eleitorais e militares.



Regiões enfrentam problemas idênticos

Clandestinidade e preços inexeqüíveis são alguns dos obstáculos enfrentados pelas empresas em todas as partes do país

A pesar de o Brasil ser constituído por 27 unidades federativas, congregando mais de cinco mil municípios que apresentam uma grande diversidade no que se refere aos setores econômicos e sociais, o setor de Segurança Privada enfrenta problemas semelhantes em todas as partes. Clandestinidade, preços inexeqüíveis, dificuldades na renovação de contratos têm sido alguns dos obstáculos enfrentados pelo segmento em todas as regiões do país.

Desde que foi regularizado em 1983, por meio da Lei nº 7.102, o setor tem passado por grandes modificações. As mudanças têm se tornado mais intensas nos últimos anos, devido à grande inserção de novas tecnologias aos serviços prestados pelas empresas. “As empresas estão sendo obrigadas a melhorar a qualidade de prestação de serviços, e seus vigilantes, a se reciclarem, não bastando somente o treinamento contido em lei. A tecnologia chegou com força total, e há que se pensar

em sistema de segurança integrado, homens e equipamentos”, ressalta José Jacobson Neto, vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Sudeste.

O repasse dos custos dispendidos com capacitação dos vigilantes e inclusão de novas tecnologias, nem sempre é aceito pelos contratantes, o que prejudica o serviço oferecido, além de diminuir a margem de lucro das empresas, que já é pequena. Contudo, o grande problema enfrentado pelo segmento, atualmente, é a clandestinidade.

Clandestinidade e Preços Inexeqüíveis

As empresas irregulares, por não cumprirem com suas obrigações legais, ou seja, pagamento de impostos, benefícios trabalhistas, entre outros, acabam cobrando um preço bem abaixo do de mercado, o que prejudica substancialmente as empresas regularizadas. Além disso, a atuação dessas empresas que, em sua maioria, empregam vigilantes desqualificados, acaba por atingir a imagem do setor perante a sociedade.

Os preços inexeqüíveis também têm assolado a atividade nos últimos anos, ou porque praticados por empresas que agem de má-fé, ou simplesmente por desconhecerem a formulação dos custos. “Devido à falta de conhecimento de muitos empresários quanto à formulação de custos, algumas empresas oferecem um serviço abaixo do custo, e, mais tarde, acabam fechando suas portas por não ter como sustentar a estrutura que o serviço demanda. Isso justifica a ‘quebradeira’ de várias empresas de segurança privada nos últimos anos”, explica Maurício Alves, vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Centro-Oeste.

Alteração da Lei

O outro obstáculo enfrentado pela segurança privada atualmente é a nº Lei 7.102. Desde que foi criada, o segmento cresceu novos serviços e surgiram novas necessidades que precisam ser regularizadas. Entre os principais pleitos dos empresários em relação à reformulação dessa lei, encontram-se a regulamentação da segurança eletrônica e as punições para os prestadores e contratantes de serviço de segurança clandestino. “Disciplinar o serviço de segurança eletrônica, de gerenciamento de risco e de elaboração de projetos na área de Segurança Privada, além de apenar o prestador e o contratante do serviço clandestino, é fundamental para o setor”, afirma Guilherme Alexandre, vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Norte.

Jeferson Furlan, vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Sul, compartilha a mesma opinião. “Necessitamos modernizar e atualizar a Lei nº 7.102/83, editada há mais de 20 anos, deixando um vácuo para empresas atuarem no segmento, sem a devida regulamentação”, completa.

Desarmamento

Em vigor desde dezembro de 2003, a Lei nº 10.826 (Estatuto do Desarmamento), por não considerar as particularidades do segmento, tem acarretado sérios problemas para o setor. Um dos principais impasses diz respeito às taxas que devem ser pagas: R\$ 300,00 pelo registro de armas, com renovação obrigatória a cada três anos, e R\$ 1.000,00 pela emissão do porte de arma. Taxas e demais regras para armamento das empresas de segurança já são estabelecidas pela Lei nº 9.017, desde 1995, o que tem causado grandes transtornos à atividade. A Federação, por meio de seu departamento Jurídico, conseguiu a isenção da taxa de R\$ 1.000,00, entretanto, as empresas continuam sendo obrigadas a pagar os R\$ 300,00 referentes ao registro da arma e à sua posterior renovação.

“Para as empresas de segurança privada, isso é um agravante, pois temos que pagar R\$ 300,00 por arma para revalidar o registro. Há uma estimativa que hoje existam mais de 200 mil armas em poder das empresas e isso implica um ônus de R\$ 60 milhões por ano para o pagamento desse registro. É mais um custo, e grande parte das empresas não consegue suportar essa despesa, por já trabalharem com uma apertada margem de lucro”, ressalta Maurício Alves.

Certidões

Otra dificuldade encontrada pelo setor de Segurança Privada, independentemente da região, é a concessão de certidões aos vigilantes. As escolas de formação têm sofrido nesse aspecto, devido às dimensões continentais do País. Estados como Mato Grosso, Amazonas, entre outros, são muito extensos, o que dificulta, por exemplo, que um vigilante se desloque de seu posto de serviço no interior até a comarca mais próxima, que, no caso desses estados, pode significar grandes distâncias, o que, conseqüentemente, gera um alto custo, além de transtornos para os vigilantes.

Colete

A possibilidade de uma nova exigência tem preocupado o setor nos últimos meses. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estuda a inserção do colete à prova de balas como equipamento individual de proteção. Caso essa medida seja confirmada, o segmento será obrigado a arcar com mais esse ônus, já que é pouco provável que os tomadores de serviços aceitem dividir esses custos.

A Fenavist, assim como os empresários, não é contrária ao uso do colete, apenas considera que o equipamento deva ser

exigido em situações de risco iminente, mesmo porque seu uso constante pode causar doenças ocupacionais devido ao peso. A fisiologia do usuário do colete também pode ser afetada, já que o Brasil, na grande maioria de suas cidades, apresenta altas temperaturas, além, é claro, da questão econômica.

O gasto inicial com os coletes, visto que temos no País hoje cerca 360 mil vigilantes, seria de aproximadamente R\$ 360 milhões, sem calcular os gastos com a renovação, já que têm que ser trocados a cada dois anos. “Teremos que analisar o modo como será exigido o uso do colete, pois não conseguiremos suportar a obrigatoriedade do uso de imediato, devido ao elevado custo, podendo isso até inviabilizar nossas empresas, além do que, dificilmente, será aceito o repasse em contratos vigentes”, comenta Jeferson Furlan.

“É importante lembrar as características particulares de cada posto de vigilância, uma vez que os riscos são diferentes e o uso de colete não pode ser generalizado. Não se pode comparar a atuação nem o risco que acompanha um vigilante dentro de uma instituição financeira com a atuação e o risco de um vigilante em um posto de atendimento público (como o INSS, por exemplo)”, afirma o vice-presidente da Região Centro-Oeste.

Imagem

A pesar dos problemas, a imagem do segmento perante a sociedade e os órgãos contratantes tem se fortalecido a cada ano, apesar de muitas pessoas ainda não saberem as diferenças básicas entre segurança pública e privada. Apesar de as empresas clandestinas denegrirem o setor por atuarem de forma irregular, a imagem do segmento tem mudado, graças ao fortalecimento e à união.

E muito disso se deve ao trabalho desenvolvido pela Fenavist, que, juntamente com os sindicatos, tem lutado incessantemente contra a clandestinidade e em favor do crescimento do setor. Esse trabalho integrado ressalta de maneira incontestável a importância da sindicalização das empresas. “A filiação sindical traz muitos benefícios não só para a união do segmento, mas principalmente para a sobrevivência de uma empresa, que, por não se sindicalizar, acaba ficando isolada, desatualizada, desprotegida, tendendo a tornar-se uma empresa desinformada sobre o que acontece em seu Estado e no País”, lembra o vice-presidente da Região Sul.

Outro fator que tem ajudado é a conscientização da sociedade e dos órgãos contratantes, que começaram a enxergar a segurança privada como parceira na manutenção da ordem e da segurança. “Órgãos públicos nos vêem como parceiros de uma forma geral, porém há exceções, aqueles que nos substituem por uma segurança do tipo cem por cento eletrônica, um verdadeiro absurdo, pois nada substitui totalmente o homem. Deve, sim, haver integração entre homem e máquina”, afirma Jacobson Neto.

Ações da Fenavist

A pesar dos inúmeros obstáculos enfrentados pelas empresas do setor de Segurança Privada em todo o país, a Fenavist tem lutado, diariamente, por soluções para os problemas. Para combater a clandestinidade, um dos maiores vilões do segmento, além de cobrar uma atitude mais enérgica da Polícia Federal no que diz respeito à fiscalização, a Federação disponibiliza gratuitamente em seu site (www.fenavist.org.br) o Cadastro das Empresas de Segurança Privada do Brasil (Cadem). Esse *software* disponibiliza informações sobre a situação das empresas perante os órgãos fiscalizadores e reguladores, indicando, inclusive, se a empresa tem autorização de funcionamento ou não. Essa ferramenta pode ser utilizada pelos contratantes na hora de escolher a melhor empresa para execução do serviço.

Já para combater os preços inexequíveis, a Fenavist tem buscado conscientizar os empresários. Por meio do Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp), que acontece de maneira itinerante em todas as regiões do país, a Federação proporciona um ciclo de palestras que não discute apenas esse problema, mas também vários outros que dizem respeito ao segmento. Estudos que demonstram os custos do setor também são desenvolvidos e disponibilizados aos empresários, fazendo com que tenham total conhecimento dos altos custos que demandam a prestação de serviços das empresas de segurança.

Além disso, o trabalho perante o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) tem sido

intensificado, de modo que possa contemplar todos os estados com os reajustes necessários na renovação dos contratos com órgãos públicos. No mês de julho, o esforço da Fenavist resultou em reajustes para praticamente todos os estados brasileiros.

Com relação à Lei nº 10.826/2003, a Federação continua aconselhando que os sindicatos entrem com ações contrárias ao estatuto. Para isso, deixa sua consultoria jurídica à disposição dos interessados para esclarecimento e ajuda na formulação da ação. Quanto à obrigatoriedade do uso do colete à prova de balas, em maio, a Fenavist, juntamente com a Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), reuniu-se com o ex-ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, dando início às conversas para que essa medida não se transforme em mais um ônus para o segmento.

Por fim, juntamente com a Associação Brasileira das Escolas de Formação de Vigilantes (Abcfav), a Fenavist discutiu, incessantemente nos últimos meses, a questão das certidões negativas. Dessa maneira, houve várias audiências com o Departamento de Polícia Federal (DPF). As negociações culminaram com a publicação do Despacho nº 1342/05-DELP/CGSP/DIREX, que informou que as Certidões Negativas provenientes das Justiças Eleitoral e Militar serão exigidas por ocasião do registro dos Certificados perante as DELESPs, e não mais ao final do curso de formação, aliviando um pouco as dificuldades enfrentadas pelos cursos de formação.



Pernambuco Combate Clandestinidade

Sindicatos de patrões e trabalhadores se unem em campanha contra a vigilância irregular

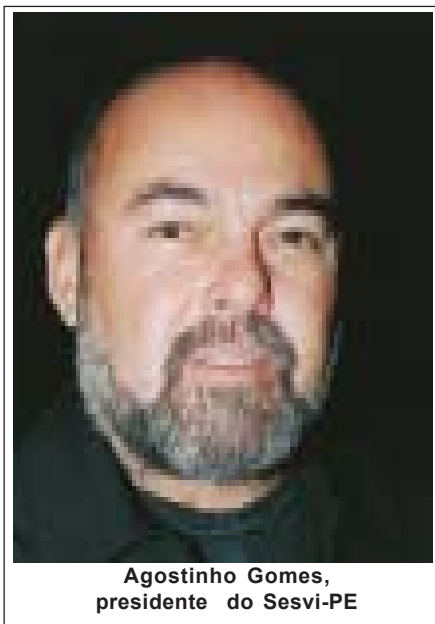
Sempre em busca de diminuir gastos e aumentar lucros, a cada dia que passa, infelizmente, tem se tornado comum entre comerciantes de todo o Brasil a contratação de segurança irregular. No Estado de Pernambuco, a situação não é diferente. Entretanto, os sindicatos patronal e laboral uniram forças para combater essa prática que não é vantajosa nem mesmo para o contratante. Na realidade, muitos dos vigilantes contratados não estão capacitados a exercer a profissão e colocam em risco a vida de quem, teoricamente, deveriam proteger.

Com o intuito de mudar esse quadro na Região Metropolitana do Recife, onde, segundo levantamento do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco (Sindesv-PE), mais de 400 estabelecimentos comerciais contratam segurança irregular, uma manifestação organizada pelo sindicato laboral, no dia dois de agosto, reuniu mais de 100 vigilantes em frente à sede da Polícia Federal (PF). Os manifestantes exigem que a PF cumpra o papel de fiscalizar e coibir as empresas clandestinas.

Os números se tornam ainda mais assustadores, quando se trata dos vigilantes que atuam fora das empresas regularizadas. “Pensando de maneira positiva, hoje, no Estado de Pernambuco existem pelo menos cinco mil vigilantes irregulares, mas, com certeza, esse número é bem maior”, afirma o presidente do Sindicato das Empresas de Segurança e

Vigilância (Sesvi-PE), Agostinho Gomes.

Agostinho afirma ainda que a campanha contra a clandestinidade, encabeçada pelos dois sindicatos, não se restringiu apenas à ação popular. Ele conta que o primeiro passo foi dado pelas empresas, que, em um período de 30 dias, espalharam mais de 100 outdoors por toda a Região Metropolitana, com mensagens contra a segurança irregular. A terceira



Agostinho Gomes,
presidente do Sesvi-PE

etapa, segundo ele, será uma audiência com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Nessa reunião, estarão reunidos representantes das empresas, vigilantes, DPF, entre outros. Segundo o presidente do Sindesv-PE, José Inácio Cassiano de

Souza, o MPT ficou muito preocupado com o grande número de pessoas trabalhando sem carteira assinada e armados, e prometeu atender às partes reclamantes o quanto antes.

Ambos os sindicatos afirmam que a campanha não é repressora, mas de conscientização. “Queremos capacitar, reciclar e devolver esses profissionais ao mercado de trabalho”, comenta o presidente do Sesvi-PE. Ele explica que, à medida que os postos ocupados pelos vigilantes irregulares passarem para a segurança privada legalizada, poderão ser preenchidos por esses, só que qualificados e dentro da lei.

“Devemos conscientizar os vigilantes e não puni-los. As empresas que contratam esse tipo de serviço é que devem sofrer represálias”, afirma José Cassiano de Souza. Ele lembra, ainda, que, com a contratação de vigilantes irregulares, todos perdem: o vigilante, por não ter carteira assinada nem os benefícios da profissão, como o seguro; o governo, que deixa de arrecadar impostos; e os contratantes, que não estão protegidos adequadamente.

As ações contra a clandestinidade no Estado do Pernambuco não devem parar por aí. Agostinho Gomes promete campanhas periódicas contra esse problema que assola o setor da Segurança Privada. “Precisamos combater a clandestinidade, antes que ela acabe com o mercado”, enfatiza o presidente do Sesvi-PE.

Raio-X sobre o mercado de transporte de valores

Marcos Paiva, presidente da Associação das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), faz um balanço do mercado brasileiro de transporte de valores. Em entrevista exclusiva, Paiva fala sobre a legislação que rege o setor, as fusões entre empresas e a relação com a Fenavist.



Revista Fenavist - *Qual a principal característica do mercado brasileiro de transporte de valores?*

Marcos Paiva - O transporte de valores, seja em moeda, seja em documento, como títulos ao portador.

Revista Fenavist - *Quais são os principais serviços prestados pelo segmento?*

Marcos Paiva - O principal serviço é o transporte de valores, entre as agências dos bancos privados, do Banco Central ou do Banco do Brasil e os demais estabelecimentos financeiros particulares. A custódia de valores e tesouraria, por exemplo, são consequência do transporte.

Revista Fenavist - *Em 1995, a Portaria 1.264, do Ministério da Justiça, obrigou as empresas de transporte de valores a fazerem um upgrade no nível de blindagem. Isso trouxe aumento dos custos para os clientes?*

Marcos Paiva - Não, os custos foram absorvidos exclusivamente pelas transportadoras, tendo sido infrutíferos todos os esforços perante os grandes tomadores, principalmente os bancos federais, em favor de parcerias para enfrentar o pesado ônus imposto às empresas de transporte de valores.

Revista Fenavist - *Era realmente necessário essa medida ou ela acabou prejudicando as empresas?*

Marcos Paiva - O aumento no número de sinistros, com morte de vigilantes, levou a Polícia Federal a editar essas regras. Entendemos que a proteção da vida do vigilante é nossa prioridade. No entanto, aumentar os níveis de blindagem não resolve o problema, pois o que vimos acontecer foi o aumento do poderio de fogo dos marginais. Muitas empresas foram e estão sendo apenas com essa decisão, pois a frota antiga não suporta o nível de blindagem e, então, os veículos especiais adquiridos há 15 anos ficam sem operacionalidade e precisam ser substituídos por veículos novos, produzidos dentro dos novos parâmetros. O que, na realidade, precisamos é de uma política

mais firme na Segurança Pública. Se se prenderem os marginais, tirar os bandidos das ruas, os carros-fortes não precisarão de tanta blindagem. Do contrário e muito em breve, o transporte de valores estará sendo efetuado por verdadeiros tanques de guerra.

Revista Fenavist - *Os seguros são alvo de insatisfação das empresas, já que não garantem 100% de cobertura aos danos?*

Marcos Paiva - Na realidade, o cliente não tem qualquer prejuízo. A seguradora cobre 85% do sinistro e a transportadora arca com os 15% restantes. Evidentemente, que cobramos todo o custo operacional do transporte. No entanto, não temos controle sobre a violência. O cliente é

“
**Temos, sabidamente,
a melhor legislação
do mundo sobre a
matéria. No entanto,
(...) está evidentemente
superada em vários
aspectos**”

ressarcido integralmente, mas, o veículo explodido, danificado, as vidas ceifadas, a paralisação do transportador, geram custos astronômicos, que pesam sobre as empresas e, muitas vezes, inviabilizam o negócio. Mais grave, o sinistro agrava o custo da apólice de seguro. Um sinistro como, por exemplo, o do World Trade Center agravou o custo de renovação das apólices de seguro em mais de 10%, aumento inteiramente absorvido pelas transportadoras, sem repasse aos tomadores de serviços.

Revista Fenavist - *O perfil dos seguros contratados no serviço de vigilância tem mudado para atender às necessidades do mercado. O mesmo tem*

acontecido na atividade de transporte de valores?

Marcos Paiva - O vigilante na atividade de transporte de valores tem tido a duração de seu curso de formação estendida, para aprendizado de técnicas específicas. É sabido que o bandido está sempre melhor e mais bem armado. Por isso, temos obrigação de ter nosso pessoal sempre muito bem preparado. A avançada tecnologia do armamento dos assaltantes tem de estar contraposta ao contínuo aprimoramento do vigilante. E, nesse aspecto, as empresas vêm investindo bastante.

Revista Fenavist - *Uma das novidades do segundo Estudo do Setor de Segurança Privada (Esseg) são os dados exclusivos acerca do mercado de transporte de valores. O Sr. considera importante a publicação para o segmento?*

Marcos Paiva - Importantíssima. A primeira edição foi o marco inicial, o pioneirismo de um trabalho de que se ressentia o segmento. A segunda edição, muito ansiosamente aguardada por todos que direta ou indiretamente estão ligados ao setor, trará a certificação de um estudo mais aprofundado, que retratará a atividade para o País.

Revista Fenavist - *Na opinião do Sr., a Lei nº 7.102/83, que rege o setor, é satisfatória?*

Marcos Paiva - Temos, sabidamente, a melhor legislação do mundo sobre a matéria. No entanto, como foi editada em 1983, e, mesmo com algumas alterações posteriores, a última em 1995, está evidentemente superada em vários aspectos, necessitando ser alterada até em função de novos conceitos e do aprimoramento das técnicas e de equipamentos de defesa da vida e do patrimônio.

Revista Fenavist - *Então, o Sr. acredita que é preciso haver mudanças para atender às exigências do mercado...*

Marcos Paiva - Atualmente, temos para aprovação pelo Ministério da Justiça um projeto para modernização dos Estatutos da Segurança Privada, fruto de mais de três

anos de discussão com entidades de classe, representantes das empresas, dos empregados, da Polícia Federal e com outros setores. Um trabalho sério, exaustivo, pelo qual se buscou adequar a Lei nº 7.102/83 às novas exigências do mercado. Além disso, tomamos ciência da tramitação do Projeto de Lei no Senado nº 168/2005, que trouxe grande preocupação ao setor. De autoria do Senador Tasso Jereissati, trata da alteração de alguns dispositivos da Lei nº 7.102/83. Em hipótese alguma essas mudanças contemplam os anseios do segmento, que, em suas várias representações, sequer foi ouvido. Preocupamos principalmente com o dispositivo, segundo o qual descentraliza o controle da atividade, conferindo a Conselhos Estaduais a regulação e normatização de procedimentos, o que é inaceitável, ferindo uma conquista de anos, pois já passamos por essa nefasta experiência. Como está, será um retrocesso em todo o processo de modernização da Lei nº 7.102./83, prejudicando um trabalho que vem sendo otimamente desenvolvido pela Coordenação Geral de Controle da Segurança Privada.

Revista Fenavist - *A clandestinidade e os preços inexequíveis têm atormentado as empresas de vigilância. Esses dois problemas também estão visíveis na atividade de transporte de valores?*

Marcos Paiva - A atividade de transporte de valores inclui, desde a constituição da empresa, a propriedade de veículos especiais. Por ser em número bem menor na atividade de segurança privada, existe um maior controle pela Polícia Federal. Existe ainda o cuidado do tomador de serviços. Não temos empresas clandestinas de transporte de valores, pois o contratante, em caso de sinistro, não receberia o seguro, mas temos empresas que fazem transporte de numerário, sem obediência aos limites de valores fixados por lei e às respectivas condições técnicas. Quanto a preços inexequíveis, também padecemos desse mal. E, nesse caso, são empresas legais que vilipendiam os preços ao extremo, seja por interesse de não perder um contrato antigo, seja por conveniência e estratégia de mercado, Chegam a praticar preços abaixo da realidade, causando instabilidade no

setor, e, conseqüentemente, a perda da rentabilidade necessária à sobrevivência da atividade e a investimentos futuros.

Revista Fenavist - *Aparentemente, temos um número maior de autorizações de funcionamento do que de empresas funcionando. Como o Sr. vê essa informação?*

Marcos Paiva - Não a vemos como um problema, visto que, para atender à legislação, é necessário haver investimentos consideráveis. O que acaba acontecendo é essas empresas conseguirem autorização para funcionar, sem os recursos necessários não só ao atendimento da legislação, mas também à capacitação técnica para realizar os serviços.

“

Fusão significa sobrevivência, possibilidade de restabelecimento do equilíbrio (...),,

Revista Fenavist - *Nos últimos anos, a atividade de transporte de valores tem se mostrado suscetível a fusões. Em 2001, a Prosegur adquiriu a Jucadella por US\$ 190 milhões. Em 2005, a Nordeste/Transbank incorporou a Norsegel. A que o Sr. atribui esse tipo de negócio?*

Marcos Paiva - A fusão reflete dois aspectos fundamentais: primeiro, o aspecto operacional. Os grandes clientes procuram grandes empresas, com atuação nacional. Segundo, o aumento do poder de negociação. Nos últimos anos, tivemos grandes fusões no sistema bancário. Em contrapartida, proliferaram as empresas de segurança privada. O resultado disso tudo são bancos, cuja carteira de segurança privada tem contribuído com lucros astronômicos, e



empresas de segurança privada acochadas, com perdas irrecuperáveis. Registros contábeis, balanços publicados, grande número de empresas fechadas, débitos declarados nos órgãos públicos atestam essa dura realidade. Fusão significa sobrevivência, possibilidade de restabelecimento do equilíbrio necessário à preservação do segmento no mercado. Partindo para essa política, recentemente o Grupo Prosegur adquiriu o controle acionário da Preserve-SP e da Transpev-RJ e o Grupo Nordeste adquiriu o Grupo Norsegel.

Revista Fenavist - *O mercado de transporte de valores é composto de empresas de origem nacional e internacional. Qual o impacto disso para o setor?*

Marcos Paiva - Tanto a propriedade, quanto a administração de empresas de segurança privada, é vedada a estrangeiros. No entanto, a lei, editada em 1983, não prejudicou empresas constituídas anteriormente. Há grandes grupos nacionais. O impacto no setor e a principal diferenciação entre elas é a moeda que sustenta seu lastro operacional: o dólar e o euro. E contra esse item, fundamental, dispensam-se outros comentários. Mas, mesmo com todo esse poder de fogo proporcionado por uma moeda forte, isso não tem livrado as empresas internacionais dos pesados prejuízos no exercício de suas atividades.

Revista Fenavist - *Como está a relação com os bancos no que diz respeito às*

negociações, ou seja, o repasse dos custos para o cliente?

Marcos Paiva - Péssima. Quando o tomador de serviços contrata, o faz por cotações diretas, pesquisas de preços, ou por uso de dispositivos da Lei nº 8.666, que trata dos certames licitatórios. Os menores preços oferecidos firmam os contratos. A análise dos custos nas propostas apresentadas são apurados exaustivamente. Entre eles, são básicos: o salário da categoria profissional; os gastos com combustível; os custos indiretos da atividade, como pneus, armas e munições, e fardamento. Decorridos 12 meses, os pleitos de reajuste ou reequilíbrio econômico decorrentes das correções havidas nesses itens são

sistematicamente indeferidos. E os preços desses contratos são congelados. A insistência pode levar o tomador a uma nova cotação no mercado. O risco de perda do contrato, o que levaria a uma demissão em massa de seus empregados, com custos indenizatórios altíssimos, obriga a empresa a cobrar preços irrisórios. Não se explica uma apanha por R\$ 20 reais, quando sequer um táxi cobraria tal importância em igual percurso, que será feito por carro-forte, com quatro vigilantes. Cria-se, assim, um círculo vicioso, dentro do qual quem está pagando a conta é a empresa de segurança privada.

Revista Fenavist - *Observando o mercado de maneira geral, o que o Sr. prevê?*

Marcos Paiva - A tecnologia avança a

passos largos, no entanto, o papel-moeda continua sendo fortemente manipulado, às vezes até mesmo de modo estranho, em malas como o transporte dos ditos dízimos ou escondido em peças íntimas. Temos um povo que ainda guarda e usa o papel-moeda. Para alimentar essa cadeia, os bancos precisarão se abastecer e a seus caixas e terminais eletrônicos. Nas agências por todo o interior do país, o cliente não aceita outro tipo de moeda. Além disso, a presença de um segurança público competente, aliada a novas tecnologias de garantia da vida e do patrimônio de terceiros, atrai novos usuários, pessoa física ou jurídica.

Revista Fenavist - *Ainda nessa linha "futuroológica", quais segmentos na opinião do Sr. irão se desenvolver e quais irão retrair-se a médio e longo prazo?*

Marcos Paiva - Com certeza, teremos uma redução no transporte de valores. As grandes transações serão confirmadas por meios eletrônicos. A propalada racionalização dos serviços de abastecimento dos terminais eletrônicos dos bancos, se eles conseguirem operacionalizar, em médio e longo prazo, também reduzirá o número de empresas, mas não o serviço de transporte de valores. E para o futuro, o avanço tecnológico ditará a sobrevivência das empresas, principalmente no tocante à segurança eletrônica. Nesse momento, teremos quatro ou cinco grandes bancos e, no máximo, em contrapartida, quatro grandes empresas de transporte de valores. Sobreviverão aquelas que melhor acompanharem esse processo de evolução mercadológica, e, nessa hora, teremos o respeito que toda a parceria de trabalho e contrato requer.

Revista Fenavist - *Qual a importância da relação da Fenavist com a ABTV para o segmento?*

Marcos Paiva - O estreito relacionamento entre essas entidades disponibiliza para o segmento uma base estruturada que lhe permite uma ação firme em defesa dos interesses das empresas. Abrigada na Fenavist, a ABTV, em todo o seu tempo de existência, tem alcançado, de forma incondicional e irrestrita, o respeito e o apoio no trato de problemas ligados diretamente à atividade de transporte de valores.



Enesp movimentada Brasília

Além de palestras, o evento se destaca pelo lançamento de estudo e assinatura de convênio com o Departamento de Polícia Federal

Empresários, autoridades, representantes de entidades de classe e sociedade em geral participaram de um ciclo de palestras, que discutiu temas atuais em busca de melhorias, aperfeiçoamento e fortalecimento do setor de Segurança Privada. Essas discussões aconteceram no Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp) da região Centro-Oeste, nos dias 11 e 12 de agosto, no auditório do edifício da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em Brasília.

Logo após a abertura dos trabalhos do Enesp, o coordenador-geral da Coordenação Geral de Controle da Segurança Privada do Departamento da Polícia Federal (CGCSP-DPF), Wantuir Brasil Jacini, e o vice-presidente nacional da Fenavist, Marcelo Borges, abriram o ciclo de palestras com o tema Repercussão da Lei nº 10.826/03 na Normatização, no Controle e na Fiscalização das Empresas de Segurança. Essa lei foi a que criou o Estatuto do Desarmamento, em dezembro de 2003. Em seguida, Silmar Coelho proferiu uma movimentada palestra sobre Motivação Empresarial.

A flexibilização nas negociações coletivas foi uma das abordagens do presidente da Câmara de Serviços Terceirizáveis da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Lélvio Vieira Carneiro, ao falar sobre a Atuação da Justiça do Trabalho. Acompanhado da consultora jurídica da Fenavist, Celita Oliveira, o empresário destacou a luta antiga dos empresários para defender a importância da intrajornada - escala de trabalho 12 por 36 - para a conservação e geração de empregos. A última palestra do primeiro dia do evento coube ao Procurador do Trabalho, Ronaldo Fleury, ao lado do presidente do Sindesp-



Abertura dos trabalhos do Enesp da região Centro-Oeste

PA, Guilherme Alexandre.

No segundo dia, os participantes do Enesp assistiram à discussão de um tema polêmico: Qualificação de Produtos na Modalidade Pregão. A palestra ficou a cargo do subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Turismo, Rubens Barcellar, e do vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Nordeste, Odair Conceição. O representante do Governo Federal comentou sobre a possibilidade de criar o Sistema de Qualificação Técnica de Fornecedores (SQRF), para capacitar os pregoeiros e evitar a prática de preços inexequíveis.

O tema Segurança Privada *versus* Segurança Pública, o papel de cada uma na inibição e no combate à criminalidade fechou

o ciclo de debates. As palestras proferidas pelo secretário nacional de Segurança Pública adjunto, Robson Robin da Silva, e pelo vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Centro-Oeste, Maurício Alves, prenderam a atenção do auditório por mais de duas horas. Logo após as explanações dos dois palestrantes, na parte concedida ao debate sobre o tema, Robson fez um convite ao presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, para realizar uma reunião na Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). “O convite é uma obrigação do poder público, já que, aqui, houve uma conscientização coletiva. Temos que começar um plano de ação. Esse é um convite formal para traçar uma estratégia de difundir, potencializar essa visão que inclui a

segurança privada no sistema de segurança pública do país”, destacou Robson. Presente na discussão, o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, general Athos Costa de Faria, endossou a integração das diferentes esferas da segurança para combater a violência.

Abertura

A solenidade oficial de abertura do Enesp ocorreu após o encerramento dos trabalhos do primeiro dia. Estiveram presentes o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões; o presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviço de Limpeza e Conservação (Febrac), Laércio Oliveira; o deputado distrital Leonardo Prudente; o coordenador-geral do CGCSP, Wantuir Brasil Jacini; o presidente do Sindesp-DF, Marcelo Oliveira Borges; o presidente do Sindesp-GO, Sebastião Divino; o representante do deputado federal Eunício Oliveira, Ricardo Augusto, além de empresários e outras autoridades.

Em discurso, o presidente do Sindesp-DF ressaltou a importância do evento para o segmento e a sociedade. Em seguida, o presidente da Fenavist endossou as palavras de Borges e convidou o público presente a assistir a um vídeo institucional sobre a Federação.

O destaque da abertura oficial do Enesp, contudo, foi o lançamento do II Estudo do Setor de Segurança Privada (Esseg), que traça um panorama do setor de Segurança Privada no Brasil. Para apresentar o Esseg, o presidente da Mezzo Planejamento, Calil Buanian, e o coordenador do estudo, Mauro Catharino, explicaram a metodologia e expuseram alguns dados para o auditório. Uma das novidades da 2ª edição é a divisão das informações por região. Entre os números, encontra-se a provável movimentação financeira de R\$ 11,8 bilhões em 2005 e a geração de 425 mil empregos diretos.



Jerfferson Simões e o diretor-geral da PF, Paulo Fernando da Costa Lacerda, assinam convênio

Convênio

Outro momento importante do evento foi o convênio firmado entre a Fenavist e o Departamento de Polícia Federal (DPF) para implantar o Subsistema de Inteligência de Segurança Privada (Sispriv). A rápida cerimônia aconteceu no segundo dia do evento.

Em discurso antes da assinatura, o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, destacou a importância de a segurança privada ter apoio da “inteligência” para colaborar com a sociedade civil. “O setor dá mais um passo de maturidade, ao assinar esse convênio com a PF, já que nós somos a extensão da área de Segurança Pública e temos a obrigação de colaborar com a segurança do Brasil”, ressaltou.

Além de Simões, participaram da cerimônia o diretor-geral da PF, Paulo Fernando da Costa Lacerda; o diretor-executivo da PF, Zulmar Pimentel dos Santos; o coordenador-geral de Controle da Segurança Privada (CGCSP), Wantuir Brasil Jacini; a superintendente da

Polícia Federal, Sônia Estela de Melo; o presidente do Sesvesp, Jacobson Neto; e o vice-presidente para Assuntos de Normas e Procedimentos da Fenavist, Wagner Jorge, além da diretora-superintendente da Fenavist, Rosângela Menezes.

Próximas Edições

O Enesp foi criado para agregar e integrar empresários e a sociedade em geral, para difundir informações, serviços e benefícios discutidos pela Federação e pelos sindicatos, no intuito de fortalecer a atividade de segurança privada no Brasil.

A região Centro-Oeste foi a terceira a receber o Enesp neste ano. O evento contemplou no primeiro semestre a região Norte, em Manaus (AM), e a região Sudeste, em Vitória (ES). A previsão é que aconteça, em outubro, na região Nordeste, em Salvador (BA), e, em dezembro, na região Sul, em Gramado (RS).



Segurança privada em discussão

Capital do Espírito Santo
sedia Enesp da região Sudeste

O Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp) da região Sudeste, promovido pela Fenavist, em Vitória (ES), entre os dias 12 e 13 de maio, teve como meta fortalecer a atividade de segurança privada no Brasil.

Representantes da Fenavist, da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), presidentes de sindicatos e respectivas diretorias, empresários de todo o país, diretores e gerentes das empresas, palestrantes, expositores, contratantes, Polícia Federal e convidados estiveram reunidos para discutir e propor soluções para os problemas do setor.

Abertura

A abertura oficial do Enesp contou com a presença do vice-governador do Espírito Santo, Lelo Coimbra; do prefeito de Vitória, João Coser; do presidente da Fenavist, Jefferson Simões; do superintendente da Polícia Federal, Geraldo Antônio Guimarães; do presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Espírito Santo (Sindesp-ES), Marcos Félix, anfitrião do evento; dos presidentes dos sindicatos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, José Jacobson, Edson Pinto e Frederico Crim Câmara, respectivamente, além de outras autoridades do setor.

Palestras

O diretor-executivo da empresa de Tecnologia, Inteligência e Planejamento de Segurança (TIS), coronel Severo



Presidente da Fenavist, Jefferson Simões, discursa na abertura do evento

Augusto da Silva Neto, proferiu a primeira palestra do evento, discutindo o novo conceito de policiamento privado. Já o vice-presidente da Fenavist para assuntos da região Nordeste, Odair Conceição, falou sobre a importância da Fenavist no contexto da segurança privada nacional.

O segundo dia de atividades foi aberto pela palestra do chefe da Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada do Departamento de Polícia Federal (CGCSP/DPF), delegado Wantuir Francisco Brasil Jacini. Em seguida, o consultor de empresas nas áreas de Segurança Privada, Corporativa e de Inteligência Empresarial, Marcos Antonio de Albuquerque, fez uma explanação sobre a situação das empresas de segurança privada no país.

O Papel da Segurança Privada na

Segurança Pública foi o assunto abordado pelo secretário-chefe da Casa Militar do Governo do Estado do Espírito Santo, José Nivaldo Campos Vieira. A última apresentação foi feita pelo diretor-superintendente da Enforvigil, José Tarcísio, que falou sobre O Papel e a Nova Missão da Segurança Privada.

Repercussão

As discussões sobre a segurança despertaram a atenção da mídia, que realizou cobertura completa do Enesp da região Sudeste. O presidente da Fenavist, Jefferson Simões, concedeu entrevista a vários veículos de comunicação, assim como o vice-presidente nacional, Marcelo Borges, e o presidente do Sindesp-ES, Marcos Félix.

Colete à prova de balas como EPI

No mês de abril, tomamos conhecimento de que seria editada uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tornando obrigatório o uso do colete à prova de balas como Equipamento de Proteção Individual (EPI), em todo o território nacional.

Consultamos a veracidade das informações e, para nosso espanto, essa portaria estava em vias de ser publicada. Informamos ao presidente da Fenavist, quem, de imediato, agendou uma audiência com o ministro Ricardo Berzoini, para levar o pensamento da Federação sobre a medida. O presidente da Federação, acompanhado do Conselho Gestor, expôs ao ministro os reflexos que essa medida poderia causar ao setor, se aplicada de forma indiscriminada.

Ao final, fomos incumbidos de formular uma exposição de motivos, evidenciando os danos que a medida poderia causar às empresas e aos profissionais da atividade de Segurança Privada. Elencamos apenas onze aspectos, mas suficientes para comprovar ao ministro que a publicação dessa norma regulamentadora tornaria inviável a atividade de vigilância no Brasil.

Iniciamos pela análise dos indicadores de acidentes de trabalho nas atividades de vigilância e segurança que, ao serem utilizados como parâmetros, não justificariam sua expedição, devendo, portanto, ser depurados para investigar se o uso do colete à prova de balas poderia ter influência nos índices de letalidade e/ou mortalidade do setor.

Ressaltamos o fator ergonômico do uso do equipamento diariamente, em todas as jornadas de trabalho, o que iria impor um sobrepeso ao uniforme do vigilante de 1,5 a 3,55 quilos. O uso contínuo e prolongado poderia ocasionar doenças de caráter ocupacional. Por ser composto de material sintético em fibra aramida, os fatores fisiológicos devem ser levados em consideração, pois, pode causar mal-estar aos usuários, se utilizado de forma contínua e prolongada.

Uma vez normatizado o uso do colete, os serviços de fiscalização e supervisão das empresas se veriam obrigados a cobrar o seu uso, e a recusa de sua utilização implicaria penalidades aos funcionários, o que poderia causar grande animosidade entre os vigilantes e a administração das empresas.

Se usado como EPI, cada profissional deveria ter o seu, cabendo às empresas o pagamento do

colete, o controle do uso e o custo de higienização, fato operacionalmente impossível de ser realizado, tendo em vista que os postos de serviços encontram-se dispersos nos mais de cinco mil municípios do País.

No Brasil, o clima apresenta temperaturas bastante elevadas, na maioria das regiões, em alguns lugares superando os 40° (quarenta graus). Impor ao vigilante comum o uso do colete à prova de balas, em ambiente externo, seria algo quase desumano.

Além de ser um produto controlado, o colete à prova de balas se tornaria mais um atrativo para os delinquentes, pois o custo para sua aquisição, dependendo do nível de proteção, se básico ou avançado, varia entre R\$ 900,00 a R\$ 1.700,00, respectivamente. Considerando que o efetivo total no Brasil é de aproximadamente 360 mil vigilantes, as empresas ficariam obrigadas a arcar com um ônus de R\$ 324 milhões, fator que fatalmente inviabilizaria a atividade econômica das empresas de Segurança Privada regularmente constituídas no Brasil.

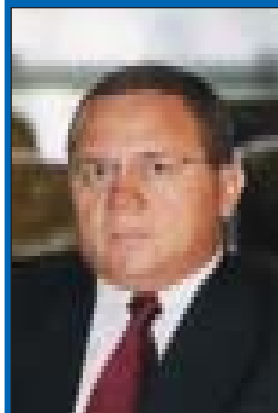
Questionamos ainda como seria o repasse dos custos, diante de um mercado contratante que a cada dia se apresenta mais recessivo e empresas de segurança privada com suas margens de negociação já tão reduzidas. Não bastassem as dificuldades e os riscos inerentes ao setor, a atividade de segurança privada no Brasil, nos últimos dez anos, tem vivido entre percalços e sobressaltos, exigindo de cada empresário, além de capacidade administrativa e empreendedora, um aguçado instinto de sobrevivência.

A direção da Fenavist está diante de uma árdua luta perante os órgãos governamentais regulamentadores e fiscalizadores, que, por vezes, seja por uma formulação jurídica abstrata, seja por questões tecnocráticas, podem inviabilizar a segurança privada, atividade geradora de mais de 400 mil empregos diretos e indiretos em todo o território nacional.

É imprescindível que cada empresário tenha a consciência de sua importância e responsabilidade, e venha somar com o seu sindicato e com a Fenavist, no fortalecimento do segmento.

Maurício Alves

Diretor-Presidente da Integral Segurança;
Presidente do Sindesp-MT e Vice-Presidente da Fenavist para a Região Centro-Oeste



Além de ser um produto controlado, o colete à prova de balas se tornaria um atrativo para os delinquentes

Fenavist presente na fundação da Abseg

Por meio de intercâmbio de conhecimentos, entidade pretende capacitar profissionais de diversos segmentos da segurança

Com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar e integrar os profissionais que atuam no segmento de Segurança e Proteção, em suas mais diversas modalidades, criou-se, em março deste ano, a Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (Abseg). Na Assembléia Geral de Fundação, foi aprovado o estatuto da entidade e empossada a diretoria provisória. A Fenavist esteve representada na cerimônia pelo presidente, Jefferson Simões, e pelo vice-presidente da Federação para Assuntos de Cursos de Formação, José Tarcísio.

Um dos pontos do estatuto explica que a Abseg surgiu para geração de maior número de conhecimentos, tornando-a disponível a todos os profissionais que atuam na área, independentemente de sua localização geográfica ou área de atuação. “A entidade pretende ser abrangente e levar conhecimento aos profissionais que hoje não têm acesso a nada do que acompanhamos no nosso dia-a-dia. Queremos atender às necessidades de um supervisor de segurança em Cuiabá, de um chefe de segurança em uma indústria em Manaus, do responsável pela proteção de uma família no sul do Brasil, e assim por diante”, exemplifica Tarcísio.

A Abseg cumpre os objetivos traçados pela Fenavist de integrar todas as associações de classe para desenvolvimento do setor. O presidente da então diretoria provisória, Ricardo Franco Moraes, acredita que a parceria da Federação é importante para aumentar a troca de conhecimentos. “Por meio do intercâmbio de informações, a Abseg visa proporcionar aos associados maior



Assembléia Geral de Fundação da Abseg

conhecimento em outras áreas. Assim, esperamos criar um conjunto de conhecimentos estruturados”, acrescenta.

Sem conflitar com o trabalho e os propósitos de outras associações, a Abseg visa contribuir para a geração de procedimentos-padrões, certificações, pesquisas de melhores práticas em diversas áreas, além de outros benefícios para seus associados, como a divulgação de eventos e a redução de custos de participação. “Sou membro da Asis, participo da Fenavist, do Sesvesp e entendo que todas essas entidades, e outras que estão por aí, devem atuar de forma integrada e complementar, em benefício da segurança e dos profissionais que a compõem. Não vejo impedimento em participar de várias delas”, ressalta Tarcísio.

No dia 5 de agosto, houve uma nova

assembléia. Na oportunidade, foi eleita a diretoria-executiva, que comandará a associação pelos próximos dois anos, bem como o conselho-fiscal, que definirá os valores das contribuições. Mesmo antes da posse, já havia mais de 150 inscrições por profissionais de diversas áreas ligadas à segurança.

Os associados se distribuem em três categorias: fundadores, contribuintes e beneméritos. O requisito para admissão no quadro associativo é estar no exercício profissional da atividade de segurança e formalizar o pedido, enviando a solicitação de ingresso com o aval de um associado e acompanhada de cópia dos documentos pessoais e profissionais. Outras informações e fichas de inscrição podem ser solicitadas por meio do endereço abseg@abseg.com.br.

Consideração sobre a nova Lei de Falências

A Lei Geral de Falências e Concordatas, vigente no Brasil desde 21 de junho de 1945, foi revogada no dia 9 de fevereiro de 2005, com a publicação no Diário Oficial da União, da Lei nº 11.101, que *regula a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária*. Essa Lei contém 201 artigos, e passou a vigor ou a valer a partir do início do mês de junho de 2005.

De acordo com a lei anterior, a empresa devedora que se deparasse com falta de condições de cumprir com o pagamento de suas dívidas a credores comerciais, a civis ou ao fisco poderia requerer ao juiz concordata preventiva, falência ou concordata suspensiva, para suspender a falência.

Nos ditames da lei atual permanece a falência e foi extinta a concordata, tanto preventiva quanto suspensiva, e foram instituídas a recuperação extrajudicial e a recuperação judicial.

O novo texto legal diminui a rigidez existente na lei anterior, e, com isso, cria-se maior chance de empresa e empresário ultrapassarem fases de dificuldades econômico-financeiras. Seguramente que isso é bom para o país, e, especial e diretamente, para a classe de trabalhadores que atua com carteira assinada ou vínculo empregatício. Cada unidade produtiva que se extingue involuntariamente significa desalento para o empresário e seus colaboradores, e prejuízos para o Estado e para toda a sociedade.

A nova lei, quase de modo idêntico à anterior, é bastante longa e de muitos e variados aspectos revestidos de complexidade, não comportando o estreito espaço do presente comentário uma abordagem completa ou analítica. Assim, seguem breves alusões apenas à recuperação extrajudicial.

Estabelece a nova lei que a homologação pelo juízo de plano de recuperação extrajudicial e o deferimento do processamento de plano de recuperação judicial são formas de viabilizar a superação de crise econômico-financeira de qualquer unidade produtiva ou empresarial, seja pessoa jurídica, seja empresário individual, e de

estimular a atividade econômica, permitindo sua preservação e função social, para possibilitar a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores e do país. Na recuperação extrajudicial, o empresário continua à frente de seu negócio. (arts. 161 a 167).

A empresa ou sociedade empresária, ou o empresário – individual –, a partir do mês de junho de 2005, que se encontrar em dificuldades para pagar suas dívidas, poderão propor a negociação de um plano de pagamento aos credores ou parte deles, cujo resultado do consenso ou da aquiescência de pelo menos três quintos comorá o *plano de recuperação extrajudicial*.

Essa negociação poderá abranger todas as formas de composição autônoma, tais como redução do valor, parcelamento, redução dos acréscimos de juros e multas contratuais, adiamento de prazos e outras.

As exigências que o devedor deve preencher para requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial estão previstas nos arts. 48 e 161, § 3º, da Lei, situando-se entre elas: não estar pendente outro pedido de recuperação judicial, não ter obtido homologação de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial há menos 2 anos, exercer a atividade há mais de 2 anos, não haver falido e, se houver sido, estar com as obrigações extintas, e não ter sido condenado por crimes previstos na Lei de Falência.



Novo texto legal diminui a rigidez existente na lei anterior

Dra. Celita Oliveira Sousa
Consultora Jurídica da Fenavist
Ope Legis Consultoria Empresarial

II Esseg evidencia crescimento do mercado

Estudo projeta crescimento de 12% em relação a 2004. Com isso, o mercado pode movimentar R\$ 11,8 bilhões

Crescimento acima do Produto Interno Bruto (PIB), estimativa de faturamento de cerca de R\$ 11,8 bilhões (12% a mais que em 2004), geração de 425 mil empregos diretos e o que corresponde a 6% a mais que no ano passado, atuação nas 27 unidades federativas do Brasil são dados que poderiam ilustrar os setores tradicionais da economia brasileira. No entanto, eles se referem a um segmento econômico que, nos últimos anos, tem trabalhado de maneira organizada na busca por um crescimento planejado e sustentável: a segurança privada.

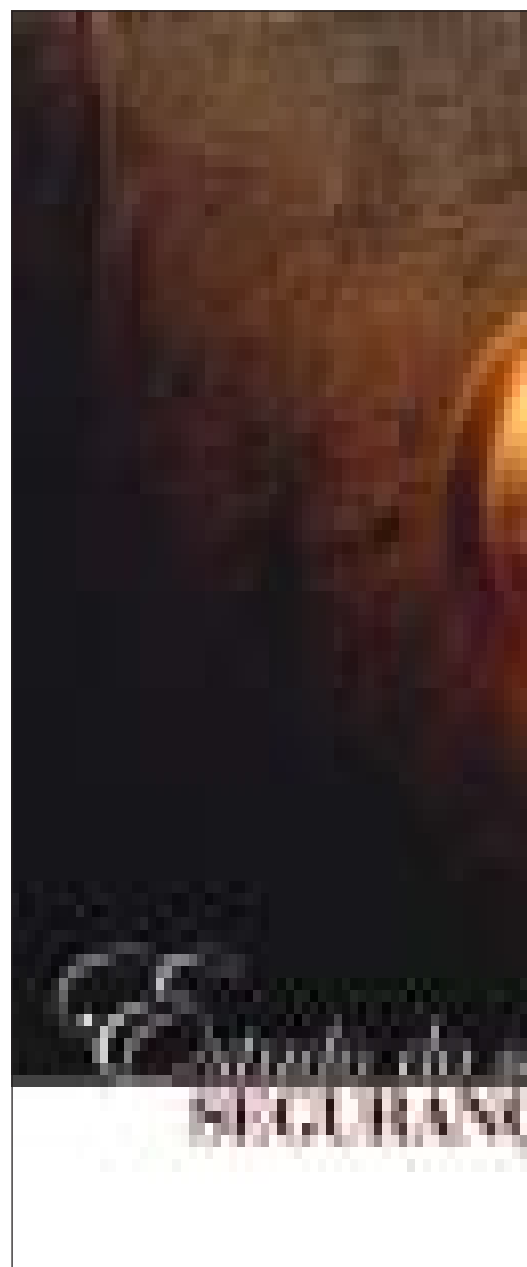
Mesmo enfrentando problemas constantes como a clandestinidade e a prática de preços inexecutáveis, o setor tem se mostrado forte e no caminho certo em busca da modernização e consolidação do mercado, como mostra o II Estudo da Segurança Privada (Esseg).

Após o panorama da segurança privada, apresentado pelo I Esseg, em 2004, que organizou dados e variáveis relevantes para compreensão da segurança privada no Brasil e definição de características mais gerais da indústria, respondeu a questões como: “quem somos enquanto atividade econômica?”, “em quantos somos?”, “qual nossa dimensão e peso socioeconômicos?”, “como chegamos até aqui?” e “quais os desafios mais importantes?”. O II Esseg tem a missão de apresentar de forma criteriosa e sistemática as diferenças existentes no setor, nas diferentes regiões do país. A edição deste ano trabalha com

cerca de 800 tabelas com as mais diversas informações sobre o mercado de segurança privada. “No estudo do ano passado, a idéia era mostrar um perfil geral do setor, de maneira que todos pudessem ter uma visão global da segurança privada, até porque ainda há muita confusão no mercado sobre o que é propriamente a segurança privada. Esse segundo estudo teve como objetivo entrar um pouco mais fundo nessas características. Então, nos dividimos, explicamos especificamente cada uma das atividades que compõem o segmento – vigilância, transporte de valores e cursos de formação”, diz Calil Buainain Jr., presidente da empresa Mezzo Planejamento, responsável pela produção do estudo.

Lançado em Brasília, no último dia 11 de agosto, durante a abertura oficial do Encontro das Empresas de Segurança Privada (Enesp) da região Centro-Oeste, o II Esseg promete orientar os empresários na hora de decidir as estratégias das empresas. “O objetivo desse estudo é focado principalmente nas necessidades do segmento econômico da segurança privada em termos de dados que nos ajudem a tocar nosso dia-a-dia. Isso é muito importante para os empresários, que, de posse dessas informações, podem gerir suas empresas, planejando as ações”, afirma o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jerfferson Simões.

Em uma cerimônia que contou com a presença do presidente da Fenavist, Jerfferson Simões; do coordenador-geral



de Controle de Segurança Privada do Departamento de Polícia Federal, Wantuir Brasil Jacini; do presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), Laércio Oliveira; do deputado distrital, Leonardo Prudente; do representante do deputado Eunício Lopes Oliveira, Ricardo Augusto; dos presidentes dos Sindicatos das Empresas de Segurança Privada do Distrito Federal e do Estado de Goiás, Marcelo Oliveira Borges e Sebastião Divino, respectivamente, além de empresários, representantes de órgãos públicos, contratantes, sociedade em geral, jornalistas, entre

outros. O coordenador da pesquisa, Mauro Catharino, explicou aos presentes a metodologia de estudo e as principais novidades.

Brasil

A taxa de crescimento para o mercado de segurança este ano corresponde a 12%, quatro vezes mais que a projeção anunciada para o PIB do país para este ano, que é de 3% (previsão do Instituto de Pesquisas Aplicadas do Ministério do Planejamento – IPEA). Já no que diz respeito ao aumento no número de empregos, o setor deve crescer 6%, o dobro da taxa de crescimento prevista para o PIB. Mas, diferentemente do que muitos pensam, o estudo revela que o crescimento da insegurança não é o único fator que faz com que o mercado cresça. O aumento da riqueza e a modernização são fundamentais para o sucesso da atividade.

“A segurança privada cresce com o aumento dos níveis de atividade, da riqueza e do patrimônio. Cresce a uma velocidade maior que a economia. Isso significa que o setor de Segurança Privada tem relação direta com o crescimento e com a melhoria da atividade. O crescimento da segurança privada está ligado ao crescimento econômico, porque, para se proteger patrimônio – e segurança

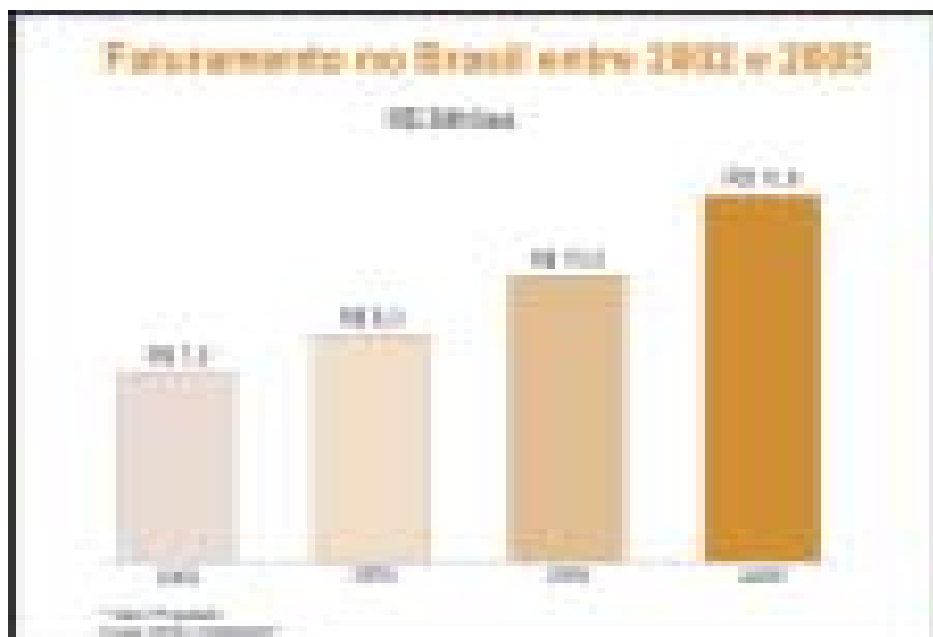
privada é, sobretudo, isso –, é preciso existir patrimônio e riqueza. É por isso que, nos Estados Unidos, o setor de Segurança Privada é tão significativo”, ressalta Catharino.

A soma desses fatores, porém, fizeram com que o mercado de segurança privada crescesse 68% entre os anos de 2002 e 2005, subindo de R\$ 7 bilhões para os prováveis R\$ 11,8 bilhões. Entre 2003 e 2004, o crescimento chegou a 25%.

O número de empregos gerados é outra variável que apresenta crescimento constante. Enquanto alguns setores da economia apresentam taxas negativas, o setor de Segurança Privada deve empregar 6% a mais este ano, atingindo o número de 425 mil pessoas. Desses, 382 mil desempenham a função de vigilantes, enquanto 42,5 mil nas funções administrativas e gerenciais do negócio.

O estudo, que faz parte das ações do Projeto Fenavist, cujo objetivo é modernizar, fortalecer e profissionalizar o setor, promovendo seu fortalecimento, indica que o Brasil, em termos de número de vigilantes para cada cidadão, está próximo dos índices apresentados no Primeiro Mundo. Atualmente, temos um vigilante para cada 482 pessoas. Além disso, o II Esseg revelou que, em 2004, o mercado de segurança privada no mundo movimentou cerca de US\$ 100 bilhões.

Outro dado interessante diz respeito ao grau de escolaridade dos vigilantes.



Apesar de a Lei nº 7.102/1983 exigir apenas a 4ª série, em 2003, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 45% dos vigilantes apresentavam ensino fundamental (8ª série) completo, e 26%, segundo grau completo ou superior incompleto.

“Os próprios profissionais têm buscado se destacar por se tratar de um mercado competitivo em termos de oferta de empregos. Hoje temos um número muito superior de profissionais capacitados a prestar esse tipo de serviço à necessidade de contratação”, explica o vice-presidente da Fenavist, Marcelo Borges. A remuneração média dos vigilantes, em 2003, foi de R\$ 708. As regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram as maiores remunerações no país.

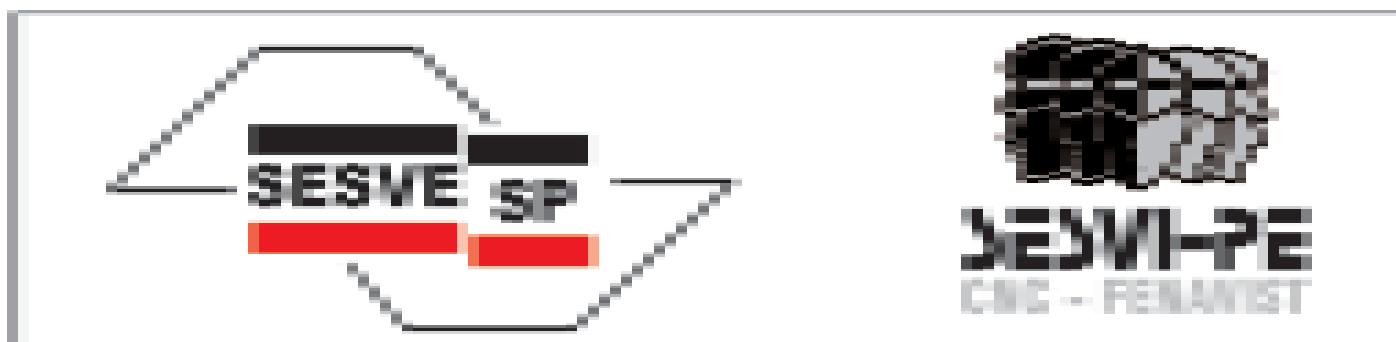
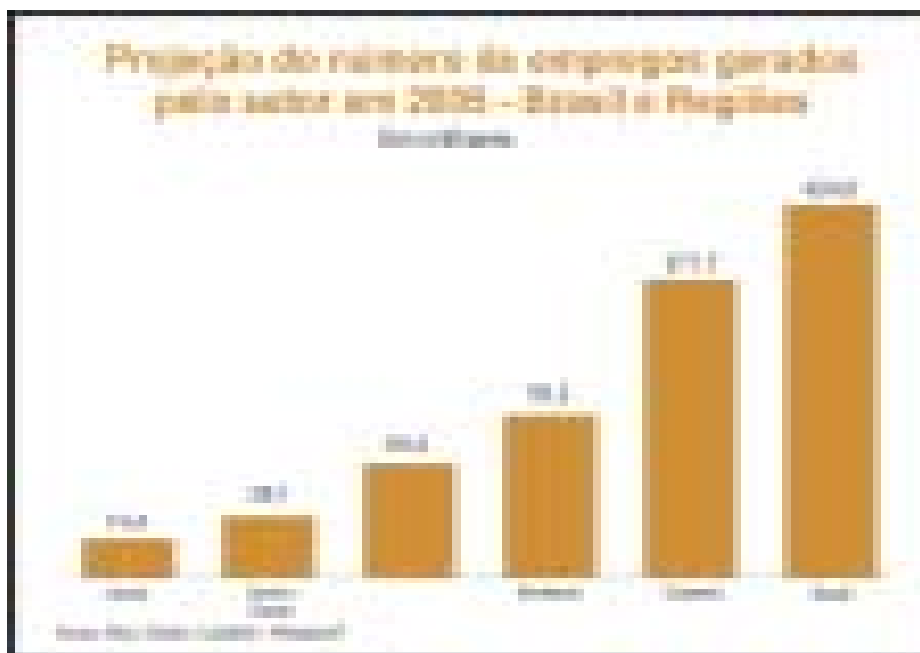
Repercussão

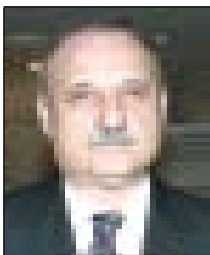
Com tantas informações relevantes sobre o segmento de Segurança Privada, o lançamento do II Esseg atraiu a presença da mídia. No dia 11 de agosto, foi realizada uma entrevista coletiva com o presidente da Federação, Jerfferson Simões; o presidente da Mezzo Planejamento, Calil Buainain Jr.; o coordenador do Projeto, Mauro Catharino, além do vice-presidente da Fenavist, Marcelo Borges. Eles conversaram com a imprensa por cerca de uma hora.

Durante a entrevista foram esclarecidas dúvidas dos repórteres e apresentados os principais pontos do estudo. Estiveram presentes à coletiva jornalistas de veículos impressos e mídia eletrônica. Rede Bandeirantes, Rede Amazônica, Correio Braziliense, Jornal de Brasília, Rádio Nacional, Gazeta Mercantil, Valor Econômico, Jornal o Fluminense-RJ, Jornal Diário dos Campos-PR, Jornal do Brasil foram alguns dos veículos a noticiarem o estudo.



Coletiva de lançamento do II ESSEG





Wantuir Brasil Jacini

Coordenador-geral de Controle da Segurança Privada (CGCSP)

“Neste II estudo, com certeza, iremos buscar dados que poderão aperfeiçoar a atividade de segurança privada, tanto do ponto de vista da Polícia Federal, quanto do segmento das empresas. E isso será possível, porque ele faz um raio-X de toda a atividade de segurança privada.”

Leonardo Prudente

Deputado distrital e membro do Conselho-Fiscal da Fenavist

“São números que revelam o retrato fidedigno da situação da segurança privada no Brasil e sua evolução em todos os níveis, econômicos ou sociais. Saúdo e cumprimento ao presidente Jerfferson Simões; o vice-presidente Marcelo Borges; a diretoria-executiva e os funcionários da Fenavist, que têm lutado para conseguir o êxito nesse projeto tão importante não só para a segurança privada, mas também para o país.”



Marcelo Borges

Vice-presidente nacional da Fenavist e presidente do Sindesp-DF

“O estudo é extremamente importante para o segmento, porque proporciona aos contratantes e às empresas o perfil correto da segurança privada em nível nacional. Estas buscam novos investimentos, bem como proporcionam e mostram a qualidade dos profissionais que atuam nessa atividade, como grau de alfabetização, e também qualidade dos serviços que podem ser prestados pela segurança privada.”



José Boaventura

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Vigilância (CNTV)

“A segurança privada tem evoluído com profissionalismo. Os estudos feitos no mercado, como o Esseg, apontam profissionalismo. Isso é positivo para todos nós: trabalhadores e empresários. O ponto mais positivo dos números é o crescimento do faturamento das empresas, porque nos arma para reivindicar melhoria na massa salarial.”



José Jacobson Neto

Vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Sudeste e presidente do Sesvesp

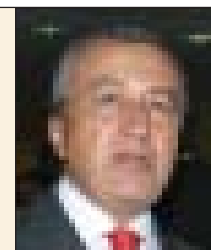
“O II Esseg vem completar as informações que nossa sociedade e nossa entidade de classe precisam. O trabalho do presidente Jerfferson Simões é muito importante. A entidade que conhece seus números está fadada a agir de modo que propicie melhores condições de termos uma atividade muito mais séria e transparente.”



Lélio Vieira Carneiro

Ex-presidente da Fenavist e presidente da Câmara de Serviços Terceirizáveis da CNC

“Este estudo consolida de uma vez por todas o mandato de Jerfferson Simões na presidência da Fenavist. Somos muito grandes no contexto nacional. Somos os maiores empregadores do país, os maiores geradores de impostos. Entretanto, as pessoas desconhecem, na maioria dos casos, o que significa segurança privada. Esse estudo vai transcrever o mapa da nossa situação, que é de privilégio com relação a diversos outros segmentos da economia.”



Fenavist se iguala a grandes centros de pesquisa

Federação realiza pesquisa de campo para obter dados. Regionalização e segmentação são as novidades da segunda edição do Esseg

O II Esseg não deve ser visto apenas como uma atualização do primeiro, publicado no ano passado, com os últimos dados registrados pelas atividades representadas pelas Fenavist. Na verdade, o estudo deste ano é um novo trabalho, com objetivos diferentes. “No primeiro estudo, pagamos o preço por ser pioneiro. No segundo, trazemos à luz vários índices que irão orientar as empresas, principalmente, as que querem se organizar. Ele apresenta dados muito importantes para a visão de uma empresa, para que ela possa sustentar seu crescimento”, lembra o presidente da Fenavist, Jerfferson Simões.

Dentre as principais diferenças da publicação anterior e a deste ano, destaca-se a análise separada de cada atividade (vigilância, transporte de valores e cursos de formação) dentro do segmento e as informações sobre a segurança orgânica – até então desconhecidas pelo setor de Segurança Privada, além da presença de dados primários.

A diferença, no entanto, que reflete maiores avanços no estudo é a regionalização dos dados. No estudo deste ano, os resultados gerais foram segmentados, de modo que seja possível reconhecer a importância e conhecer os valores referentes a cada região. “O estudo faz algo inédito: olha a segurança no Brasil em suas regiões, dentro de seus estados. Essa atividade pode ser comparada, analisada dentro do país, a outro estado vizinho à sua região, em termos de característica e crescimento econômicos por meio dos dados regionalizados. A ideia geral é que o mercado contratante e o governo conheçam melhor o segmento, essa indústria que é grande geradora de impostos e renda”, ressalta o presidente da Mezzo Planejamento, Calil Buanian Jr..

Com essa regionalização dos dados, foi possível identificar, por exemplo, que a região



Norte é a que apresenta a maior projeção de crescimento para o número de vigilantes este ano, com cerca de 15%, ao passo que a região Sudeste, responsável pela maior fatia do faturamento da segurança privada no Brasil, apresenta uma taxa de crescimento em torno de 4,5%.

Já em relação ao número de empregos gerados, a região Norte, que tem o maior índice de crescimento projetado, é a que menos emprega, com 14,4 mil postos de trabalho. Já o Sudeste justifica o posto de região que mais fatura dentro do segmento, empregando 271,7 mil pessoas – número que corresponde a quase o dobro dos empregos gerados pelo restante do país.

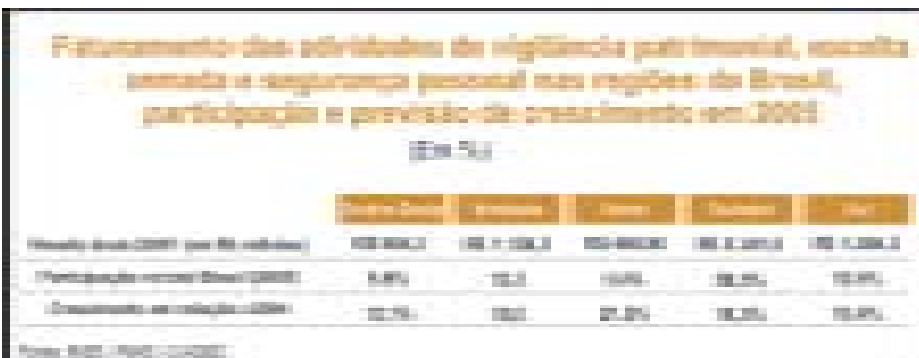
Outro fator importante da regionalização dos dados é que agora é possível saber o quanto

cada estado cresce, emprega e representa dentro da região que atua. Assim, os empresários de cada região poderão identificar e planejar as melhores estratégias para crescer dentro do mercado em que estão inseridos.

Marca Fenavist

Nesta edição do Esseg, a Federação se iguala a grandes centros de pesquisas por produzir dados com a marca Fenavist, isso porque a coleta dos dados utilizados no estudo não foi feita apenas com base em pesquisas já existentes.

Os dados primários, ou seja, os dados com a marca Fenavist, foram obtidos por meio de uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários, que contaram com uma lista



de perguntas voltadas para os temas estudados. As atividades de transporte de valores, cursos de formação e vigilância orgânica contaram com esse recurso complementar de busca de informações para análise de suas especificações. O questionário foi submetido à crítica das lideranças e de entidades representativas do setor.

Uma das grandes preocupações dessa pesquisa foi respeitar os termos, o sigilo dos dados. Desse modo, os dados recebidos não apareceram de forma individualizada, nem foram reveladas as empresas informantes.

Segmentação

Outra diferença do II Esseg em relação à edição passada são as informações segmentadas. Assim, cada atividade vigilância, transporte de valores ou cursos de formação tem uma parte específica do estudo dedicada a ela.

Dessa maneira, foi possível verificar que a atividade de vigilância é a que mais fatura no Brasil. Essa atividade movimentará, em 2005, R\$ 9,13 bilhões, o que equivale a 78% de todo o montante envolvido na indústria da segurança privada no país. O faturamento deste ano será 11% maior que o de 2004. A região Sudeste é responsável pela maior fatia do mercado (58,5%), enquanto a Norte representa apenas 5,4% do faturamento total.

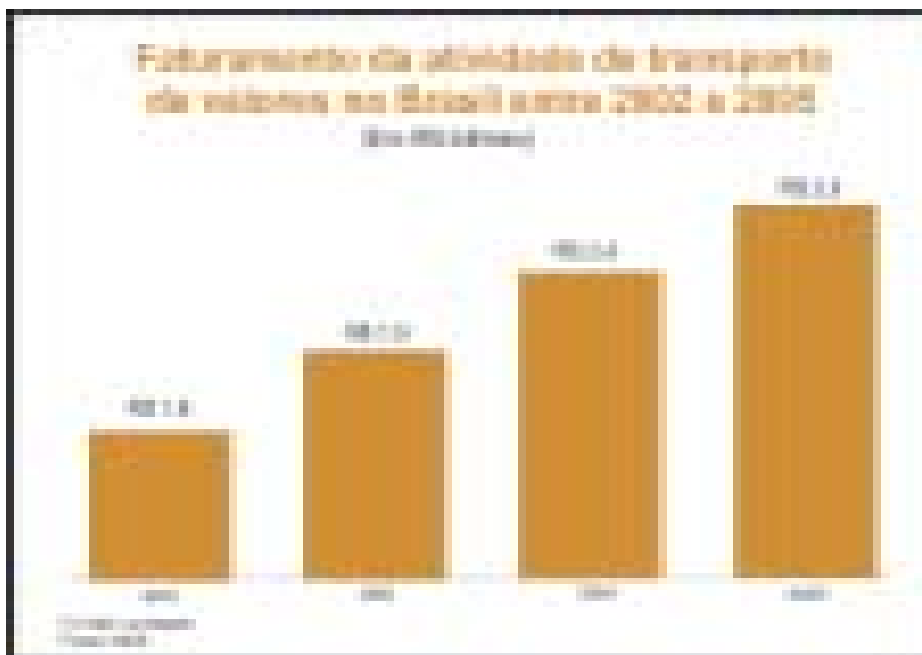
Ainda segundo o estudo, o setor público é o maior contratante do serviço de segurança privada, responsável por 38,3% das contratações. Em segundo lugar, aparecem os bancos, com 21,4% das contratações.

A vigilância orgânica, constituída por profissionais de segurança contratados pelas empresas públicas ou privadas para executarem os serviços de vigilância, sem, necessariamente, estarem ligados a uma empresa prestadora de serviços, é mais uma das novidades apresentadas pelo II Esseg.

Apesar da tendência de terceirização de serviços, o estudo da Fenavist mostra que a segurança orgânica ainda representa uma fatia significativa do mercado. Em 2003, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), existiam 175,7 mil vigilantes orgânicos em atividade no Brasil, o que correspondia a mais de um terço dos vigilantes lotados em empresas de segurança privada.

A análise dos dados também revelou que a administração pública empregou 49,8% dos vigilantes orgânicos, seguida pelo comércio, serviços em geral e intermediação financeira, que empregou cerca de 25%. A região Norte foi a que apresentou a maior participação de vigilantes orgânicos nos serviços de segurança: 52%.

O transporte de valores, por sua vez, deve



movimentar R\$ 2,6 bilhões, o que equivale a 22% do faturamento da indústria da segurança privada. Além disso, a atividade deve empregar 38 mil vigilantes em 2005. Devido à maior concentração financeira, a região Sudeste é responsável por 58,5% do faturamento total da atividade de transporte de valores e por 64% dos empregos gerados nesse tipo de serviço.

O II Esseg mostrou ainda que a frota brasileira é formada por 4,68 mil carros-fortes. A região Sudeste é detentora de 2.811 mil veículos, dos quais 1.989 concentram-se no Estado de São Paulo.

A última atividade descrita na 2ª edição

do Estudo da Segurança Privada refere-se aos cursos de formação. Esse segmento é responsável pela qualificação e certificação profissional do vigilante. Os cursos de formação dividem-se em: formação básica, extensão em transporte de valores, extensão em segurança pessoal e reciclagem. De acordo com o estudo, atualmente temos 208 escolas de formação que, em 2004, formaram mais de 125 mil vigilantes. A região Centro-Oeste é a que apresenta o menor número de escolas: 24. Em contrapartida, existem 79 cursos de formação em funcionamento na região Sudeste.



Fenavist discute coletes à prova de balas

O presidente da Fenavist, Jerfferson Simões, se reuniu, em maio, com o então ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, para expor o pensamento da Federação sobre a publicação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que torna obrigatório o uso de colete à prova de balas no exercício da segurança privada.

Simões esteve acompanhado pelos vice-presidentes regionais Guilherme Alexandre, Maurício Alves e José Jacobson Neto, além do presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV), Marcos Paiva, e do presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), Laércio de Oliveira. Eles ouviram as explicações do ministro e, ao mesmo tempo, enumeraram as muitas conseqüências que o uso constante do colete pode acarretar aos vigilantes e às empresas. O presidente da Fenavist lembrou ainda que, na atividade de transporte de valores, na qual o uso do equipamento é realmente necessário, a utilização do colete já é feita.



Representantes da Fenavist no Ministério do Trabalho e Emprego

Federação homenageará destaques da Segurança

Com o intuito de reconhecer e homenagear as empresas e pessoas que se têm destacado por sua liderança e capacidade ou prestado serviços relevantes à categoria, a Fenavist concederá os prêmios Mérito em Serviço e Benemérito da Segurança. Com essa atitude, a Federação pretende divulgar e fortalecer as tradições da prestação dos serviços terceirizáveis no Brasil, honrando seus feitos e realçando o crescimento do setor.

O prêmio Mérito em Serviço será concedido às empresas com destaque no mercado. A Fenavist segmentará essa homenagem em quatro categorias: Diamante - para empresas com mais de 30 anos de atividade; Ouro - para empresas com 25 anos; Prata - para empresas com 15 anos; e Bronze - para empresas com 10 anos.

Por sua vez, o prêmio Benemérito da Segurança será entregue a personalidades que têm prestado ao setor relevantes serviços e trabalhado na consolidação de idéias democráticas e no crescimento e expansão do segmento. Ambas as premiações serão entregues em um jantar, que fará parte do III Congresso de Segurança do Nordeste, que acontecerá em Salvador, entre os dias 10 e 12 de outubro. As informações a respeito de premiação, inscrição, participação e regulamento estão disponíveis no *site* da Federação www.fenavist.org.br.

Fenavist participa de eventos internacionais

O segundo Congresso de Segurança Privada da Bolívia, o Seguriexpo e o ForoEmpresarial de Seguridad Privada aconteceram, respectivamente, na Bolívia, na Argentina e no Uruguai e contaram com a representação da Fenavist. Nas três oportunidades, o presidente da Federação, Jerfferson Simões, proferiu a palestra Importância da Segurança Privada no Mundo. Simões destacou números, causas e efeitos da violência, além de expor dados sobre o cenário da segurança privada mundial, incluindo tendências do mercado. A Federação já confirmou presença do Chile, em novembro, quando acontece o III Congresso Internacional da Federação Pan-Americana de Segurança Privada (Fepasep).



Jerfferson Simões no II Congresso de Segurança Privada da Bolívia

Termo de Conduta não afeta Segurança Privada

Representantes de entidades de classe estiveram reunidos em julho, na sede da Caixa Econômica Federal (CEF), para discutir o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), do Ministério Público da 10ª Região, que obriga a entidade a substituir, até o ano de 2007, mais de oito mil trabalhadores terceirizados por servidores públicos. A reunião foi uma iniciativa da Ação Brasileira de Apoio ao Setor de Serviços (Abrasse).

Na oportunidade, os sindicalistas demonstraram para os representantes da CEF preocupação com a decisão e a possível abertura de precedente para outros órgãos públicos. Presente no encontro, o vice-presidente Nacional da Fenavist, Marcelo Borges, explicou que a decisão afeta somente os serviços terceirizados contratados irregularmente. “A segurança privada não está sujeita aos termos do acordo, pois somente os funcionários terceirizados que exercem atividade-fim serão trocados por servidores públicos”, completa.

Ao final da reunião, houve consenso em realizar um novo encontro, já que as partes não chegaram a um entendimento sobre o que é a atividade-fim. “Proponho a criação de um grupo de trabalho, que funcione como um canal de comunicação entre as entidades e as instituições para buscar adequação nas contratações terceirizadas”, defendeu Borges.



Vice-presidente Nacional da Fenavist, Marcelo Borges, e o presidente da Abrasse, Paulo Lofreta

Comissão discute projeto que modifica legislação

O Projeto de Lei nº 168/2005, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), recebeu críticas na 55ª Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), reunida no último dia 13 de julho, em Brasília. O projeto, em tramitação no Senado, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas de segurança privada, modificando a legislação atual para criar o Sistema de Segurança Privada. O representante da Fenavist, Eraldo Dodero, ratificou que o ponto de vista da Federação é que esse projeto pode trazer mais problemas que soluções, além de não contemplar as demandas de atualização, reformulação e modernização do setor de Segurança Privada.

Na oportunidade, o coordenador-geral de Controle da Segurança Privada (CGCSP), Wantuir Jacini, afirmou que o PL representa um retrocesso técnico e político em relação à Lei nº 7.102/83, por retirar a competência da Polícia Federal para controlar e fiscalizar as empresas de segurança privada e passar a função para os estados da União.

Fórum debate leis que afetam o setor

Foi realizado no último dia 30 de maio, no auditório da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em Brasília, um Fórum de Debates para discutir a Lei da Pessoa com Deficiência (nº 8.213/91), Lei do Menor Aprendiz (nº 10.097) e o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). O evento foi organizado pela Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), com apoio da Fenavist e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes (Fenascon), além do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal (Seac-DF). Houve um painel sobre cada assunto. A Lei da Pessoa com Deficiência, tema de palestra, coube à chefe da Fiscalização do Trabalho do Estado de São Paulo, Lucíola Rodrigues Jaime. Segundo ela, o segmento de Segurança Privada precisa ser analisado com cuidado, pois pode corresponder a uma exceção. O presidente da Fenavist encerrou as atividades, ressaltando a importância da iniciativa e de qualquer tipo de diálogo para levar ao entendimento os aspectos que influenciam diretamente o setor de prestação de serviços.



Fórum de Debates promovido pela Febrac

Novo conceito de vigilância privada

O mercado de segurança está exigindo transformação e modernização dos conceitos de vigilância privada. As empresas que atuam nesse setor devem iniciar um processo que lhes possibilite trabalhar com os conceitos de policiamento privado e não mais com os paradigmas que, por muitos anos, direcionaram as atividades de vigilância privada.

Ao contrário da prática de muitas empresas que hoje atuam nesse segmento de mercado, os serviços de policiamento privado são prestados por profissionais selecionados e qualificados, de forma específica, para um determinado cliente e em função de riscos e ameaças que terão de gerenciar. Mas, para que isso aconteça, toda a atividade de proteção patrimonial deve ser precedida de um criterioso trabalho diagnóstico, para identificar as reais necessidades de segurança do cliente. Essas necessidades devem ser agrupadas de acordo com suas categorias: Segurança Patrimonial, Segurança Institucional e Segurança Pessoal.

Os serviços de policiamento privado englobam o emprego de tecnologia moderna, com uma infraestrutura organizacional adequada à prestação de serviços de segurança, com um gerenciamento racional que trabalhe com diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação de resultados.

Os conceitos de vigilância privada priorizam atitudes reativas para a produção de segurança. Seus executores agem depois do fato perturbador da ordem haver ocorrido. Fazer vigilância privada é saber registrar ocorrências e acionar as forças policiais para estruturar ações de resposta diante de um delito nas instalações físicas do cliente. A avaliação de desempenho, quando feita, utiliza como critério o número de problemas atendidos, o material recuperado, faltas ao serviço e reclamações dos clientes.

No policiamento privado, a atitude é proativa. Os processos de produção de segurança são de natureza preventiva. Todo o trabalho tem como objetivo evitar que o problema venha a acontecer. As ações e atitudes do dia-a-dia são desenvolvidas e executadas com base em políticas de prevenção, concebidas de acordo com as pesquisas de vitimização e um amplo diagnóstico de risco e ameaças.

A avaliação de desempenho e o monitoramento

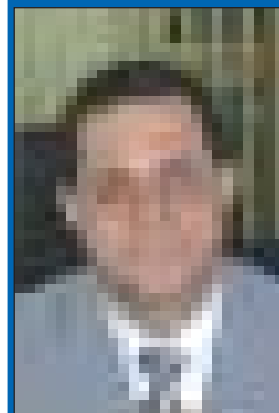
de resultados são pilares e pressupostos básicos das atividades de policiamento privado. Para a realização dessa importante tarefa, são utilizados indicadores que retratam a capacidade preventiva do prestador de serviços. O desempenho é medido em função do aumento ou da diminuição de riscos, das ameaças e dos índices de vitimização da empresa e de seus integrantes quando trabalhando ou exercendo algum tipo de atividade nela.

Não se pode deixar de levar em conta, contudo, que o estudo sobre violência e criminalidade no espaço geográfico urbano do entorno de uma empresa, por exemplo, é de suma importância para a concepção e o desenvolvimento de seus serviços de segurança patrimonial, institucional e pessoal.

Um dos pontos basilares do Policiamento Privado Orientado é permitir a compreensão dos problemas de segurança em toda a sua amplitude. Isso possibilita que as soluções sejam construídas de maneira global, inclusive com a adoção de providências que vão muito além da esfera e dos setores de prestação de serviços de segurança.

Essas novas soluções agregam valores aos processos produtivos do contratante. A ação produtora de segurança deixa de ser comandada por incidentes e ocorrências e passa a ser dirigida pela empresa contratada e por seus profissionais.

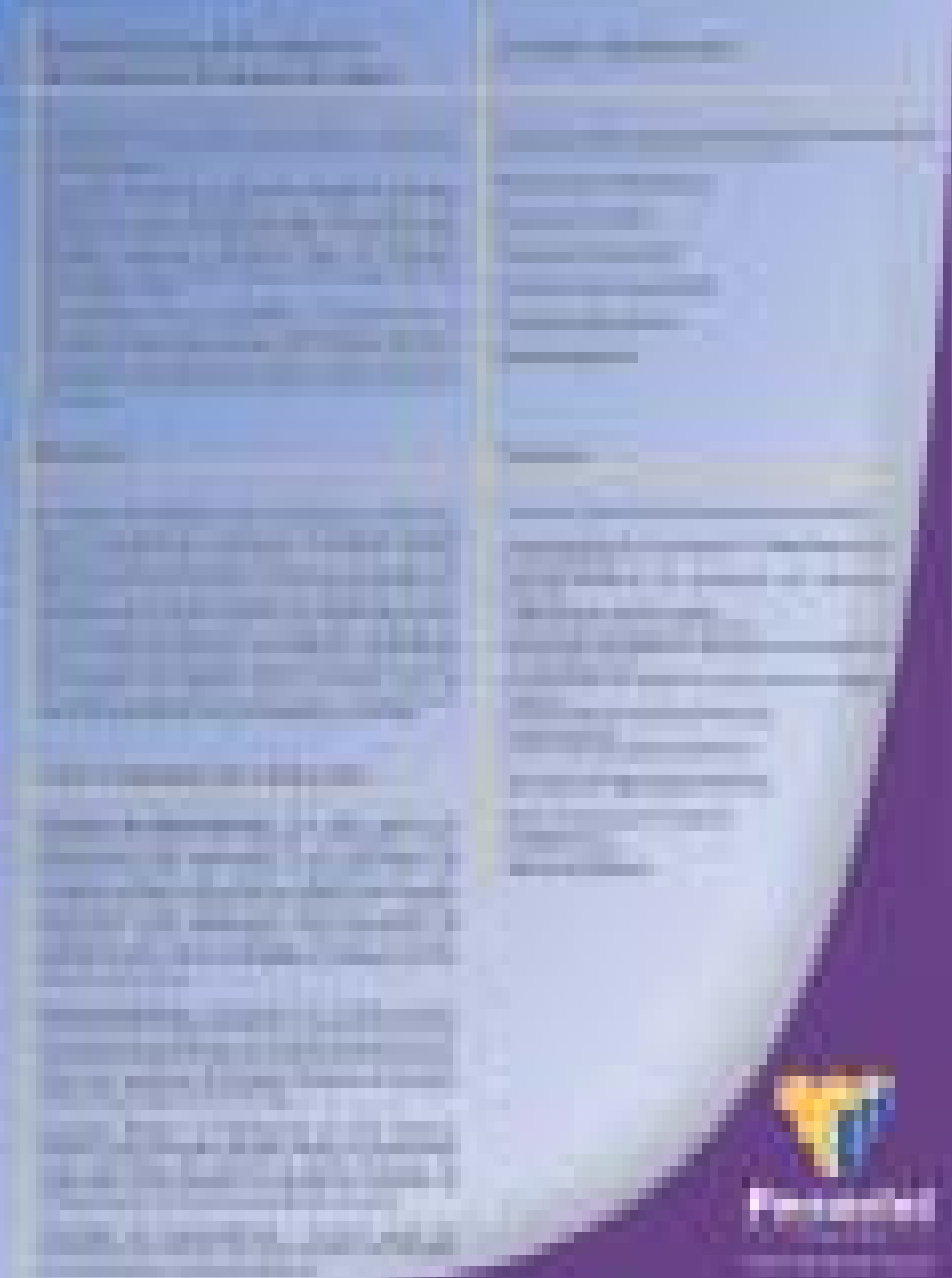
O policiamento privado ainda tem como característica um importante diferencial em relação às atividades de vigilância privada: age e interage como parte dos esforços para a preservação da ordem pública. As unidades das organizações policiais, tanto nos níveis gerencial como operacional, têm ciência dos esforços privados de segurança e proteção que estão sendo efetivados. Dessa interação e integração, nascem processos de colaboração que potencializam ambas as atividades de segurança.



Ação produtora de segurança deixa de ser comandada por incidentes e passa a ser dirigida pela empresa contratada

Cel. Severo Augusto

Diretor-executivo da empresa de Tecnologia, Inteligência e Planejamento de Segurança (TIS)



Bahia

Sindesp-BA ensina a contratar

Foi lançada em julho a Segunda Edição da Cartilha de Segurança Privada do Sindesp-BA. A apresentação do material à sociedade foi feita em um coquetel na sede da Associação Bahiana de Supermercados (Abase).

Estiveram presentes ao lançamento o presidente do Sindesp-BA, Fábio de Oliveira Rezende; o vice-presidente da Fenavist para

Assuntos da Região Nordeste, Odair Conceição; o diretor-executivo do Sindicato, Uzel Duplat; diretores do sindesp, empresários das filiadas, representantes de órgãos públicos, da Polícia Federal, da Polícia Civil e demais convidados.

A cartilha, em sua primeira parte, ensina como contratar legalmente os serviços de

segurança privada. Por sua vez, a segunda parte é destinada à sociedade em geral, com dicas de prevenção contra crimes e acidentes. Para os interessados em ter acesso à Cartilha, ela será distribuída na sede do sindicato. Além disso, será disponibilizada pelo site www.sindesp-ba.com.br, por meio de um *link* específico.

Pará

Sindesp-PA defende regularização

O presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Pará, Guilherme Alexandre dos Santos, ratificou o combate a um dos grandes entraves ao desenvolvimento do setor de Segurança Privada: a clandestinidade. Em matéria publicada no jornal Diário do Pará, no mês de julho, Guilherme defendeu a regularização do profissional de vigilância,

devido a peculiaridades do setor. “Os vigilantes regularizados estão mais bem preparados do que um policial para lidar com certas situações. Em caso de assalto, o vigilante tem como última opção utilizar a arma, enquanto o policial, devido ao risco de estar diariamente lidando com bandidos, não pensa duas vezes em sacá-la”, defendeu.

Guilherme avaliou que, mesmo com

dificuldades, a tendência no estado é de crescimento no setor. Em 2004, houve um aumento de 22% no número de profissionais em relação a 2003. Atualmente, o Pará conta com 39 empresas autorizadas em funcionamento. Vinte e cinco atuam na vigilância, seis no transporte de valores e oito em cursos de formação e reciclagem.

Paraná

Sindesp-PR combate a clandestinidade

O Sindicato das Empresas de Segurança e Transporte de Valores do Paraná tem participado ativamente de denúncias contra empresas clandestinas, que atuam deslealmente no mercado, auxiliando tomadores na análise de preços. Com esse objetivo, o sindicato tem apoiado os trabalhos da Câmara

de Regulação Técnica de Serviços Terceirizados, que funciona como um canal direto com os órgãos fiscalizadores para auxiliar na luta contra os problemas do setor de Segurança Privada.

Uma das ações foi elaborar uma planilha contendo a massa salarial e os impostos fixos.

Com isso, espera-se coibir a prática de preços inexequíveis. A Câmara é coordenada pelo delegado regional do Trabalho e conta com a participação das classes patronal e laboral da vigilância, asseio, serviços temporários, Receita Federal e vários tomadores de serviços das esferas municipal, estadual e federal.



São Paulo

Sesvesp, referência em certificação

O Certificado de Regularidade de Segurança (CRS), criado pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) em 2002, que atesta a regularidade dos serviços prestados pelas empresas de segurança, deverá ser adotado como referência pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e pela Ação Brasileira de Apoio ao Setor de Serviços (Abrasse).

A discussão sobre o projeto de criação da Plataforma Fiesp de Serviços Prestados à Indústria foi pauta da reunião do Fórum de Serviços da Abrasse, que aconteceu no

último dia 20 de julho, no auditório do Sesvesp, em São Paulo. Representantes de entidades associadas à Abrasse, além de empresários interessados em colaborar com o projeto, estiveram presentes. Waldemar Pellegrino, do Sesvesp, fez uma apresentação sobre o CRS.

Uma das grandes preocupações dos empresários que estão trabalhando na Plataforma é evitar a concorrência desleal praticada por baixos custos, especialmente em processos de licitações. “A certificação Abrasse/Fiesp não pretende fazer uma reserva de mercado, mas separar o joio do trigo, destacando as empresas sérias”, ressaltou Pellegrino.

Mato Grosso

Sindesp-MT fecha Convenção Coletiva 2005

Após várias rodadas de negociações, o Sindesp-MT fechou a Convenção Coletiva (CCT) 2005, com um dos maiores avanços de todos os tempos: o ganho para os vigilantes, incluindo reajuste salarial e inclusão do tíquete-alimentação, o que soma mais de 15%.

Além disso, o Sindesp-MT disponibilizou para a categoria, por meio de convênio, um amplo clube para lazer dos funcionários e seus familiares.

Entre outros benefícios e avanços, o sindicato auxilia o programa de assistência médica iniciado pelos sindicatos laborais.

Santa Catarina

Sindesp-SC promove treinamento

O Sindesp-SC desenvolveu, no mês de junho, um programa de treinamento e qualificação para diretores e gestores das empresas para contribuir para a perpetuação, otimização e crescimento do grupo de associados. Em parceria com o Sindicato das Empresas de Limpeza, Asseio e Conservação de Santa Catarina (Seac-SC), o sindicato promoveu o treinamento entre os dias 9 e 11, que contou com a participação de mais de 30 diretores e gerentes de empresas associadas

de todo o estado.

Os resultados foram satisfatórios. Ao participarem de dinâmicas, todos os participantes tiveram, na prática, a oportunidade de testar as diversas técnicas sugeridas e a sua ideal aplicação.

Os dois sindicatos têm programado para os próximos meses outros eventos do mesmo nível, uma vez que o Sindesp-SC sempre primou pela excelência em tudo o que proporciona aos associados.

Quer ver seu sindicato nesta coluna
Escreva para a Fenavist
ascom@fenavist.com.br

Compromisso e evolução

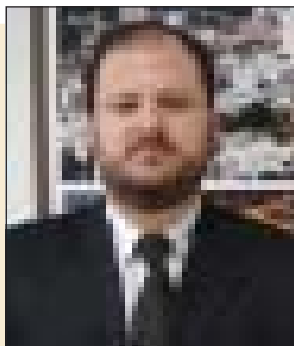
Roberto Vasconcelos



Diretor-executivo do Grupo Sacramento, Roberto Vasconcelos cresceu em meio ao mercado de segurança privada. Desde cedo acompanha os passos do pai, Tolentino Marçal, fundador do grupo que, atualmente, possui quatro filiais na região Norte e atua em diversos municípios do Estado do Pará. Para chegar ao cargo que ocupa atualmente, Roberto atuou em diversas áreas da empresa. Começou como *office boy*. Posteriormente, trabalhou nas áreas de Cobrança, Atendimento ao Cliente e Gerência. Já participou de cursos de especialização em diversas áreas, inclusive de segurança privada, nos Estados Unidos, e no Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp). Para Roberto, o setor está em constante evolução, entretanto existem problemas pontuais. “Nos últimos 15 anos, houve uma evolução na padronização dos serviços, no recrutamento e na seleção das empresas, porém, paralelamente, estamos assistindo à favelização e ao canibalismo de empresas clandestinas”, explica.

Eficiência e tradição

Marcos Zanardo



Percebendo a sobrecarga de atividades do pai, Ivan Zanardo, Marcos Zanardo, que buscava uma oportunidade de entrar no mercado, aproveitou a brecha surgida em meados de 1995 no mercado de segurança privada e ingressou nele. Iniciou sua trajetória na área operacional, seguiu para a área comercial e hoje é diretor-superintendente do Grupo Zanardo, um dos maiores do Sul do país. Marcos é graduado em gestão de empresas e, atualmente, faz pós-graduação na área. Segundo ele, é necessário aplicar novos modelos de gestão administrativa e financeira nas empresas para desenvolver o setor. “Gestão Profissional, aliada à busca constante de novas tecnologias, fará com que continuemos com crescimento e sucesso no mercado”, acrescenta. Atualmente, Zanardo mora na cidade de Joaçaba (SC), onde está a matriz do grupo, que atua com escritórios regionais em 14 cidades nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Experiência e desenvolvimento

Djalma Moreira Jr.



Fundador de um dos maiores grupos empresariais do Brasil, Djalma Moreira Jr. conseguiu agregar a família em torno da segurança privada. Filhos e esposa o ajudam no sucesso do Grupo Centuria, formado pelas empresas Centuria Sistemas de Segurança Ltda. e pela Centuria Comércio e Serviços Ltda., que atende cerca de 50 grandes empresas privadas em todo o estado do Espírito Santo. Moreira iniciou a formação técnica como oficial-de-infantaria do Exército Brasileiro, em 1978. Sempre trabalhou na presidência do grupo, acumulando, principalmente no início da carreira, a gestão operacional. Segundo Moreira, a segurança privada ainda não ocupou o espaço que lhe é devido, apesar da visão de resultado e eficácia dos empresários e líderes do setor. “Nossas entidades sindicais, capitaneadas pela Fenavist, poderão ser de suma importância na profissionalização, na melhoria técnica e na gestão de qualidade da segurança privada, tendo a oportunidade, sobretudo, de constituir um importante instrumento para busca de soluções dos problemas de nossa debilitada segurança pública”, completa.

Tabelas do Ministério do Planejamento

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) é responsável pela publicação no Diário Oficial da União pela tabela que estabelece um limite máximo para os preços dos serviços de segurança e asseio e conservação, praticado em contratos com órgãos públicos. Na busca por um melhor entendimento com o Ministério, a Fenavist entrega estudos dos custos básicos das empresas de segurança com o objetivo de levar dados e exemplos aos analistas do ministério. Além disso, a Federação sensibiliza os Sindicatos das Empresas de Segurança Privada (Sindesp's) quanto à necessidade de protocolar em um prazo combinado com o Ministério as Convenções Coletivas dos estados, para que os reajustes possam ser o mais condizente com a realidade do setor em cada região e para que as datas-bases realizadas nos dois semestres fossem contempladas com mais agilidade.

SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - PREÇO MENSAL DO POSTO (Portaria nº 03, 7 de julho de 2005 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)*

Limite Máximo para Contratação e Repactuação dos Serviços (em R\$):

UF	Posto 12 x 36 horas diurno	Posto 12 x 36 horas noturno	Posto 44 horas / semanais diurno
Alagoas	2.760,00	3.130,00	1.470,00
Amazonas	3.320,00	3.760,00	1.780,00
Bahia	2.800,00	3.420,00	1.520,00
Ceará	3.230,00	3.540,00	1.740,00
Distrito Federal	5.710,00	6.250,00	3.070,00
Espirito Santo	3.320,00	3.970,00	1.780,00
Goias	3.620,00	4.200,00	1.930,00
Minas Gerais	4.370,00	5.150,00	2.310,00
Mato Grosso do Sul	2.940,00	3.220,00	1.560,00
Mato Grosso	2.770,00	3.190,00	1.500,00
Paraíba	3.010,00	3.290,00	1.600,00
Pernambuco	3.590,00	4.030,00	1.910,00
Piauí	3.280,00	3.890,00	1.730,00
Paraná	4.760,00	5.210,00	2.530,00
Rio de Janeiro	3.530,00	4.090,00	1.860,00
Rio Grande do Norte	3.410,00	4.090,00	1.800,00
Rondônia	3.220,00	3.740,00	1.760,00
Rio Grande do Sul	4.300,00	4.900,00	2.260,00
Santa Catarina	3.780,00	4.260,00	2.030,00
Sergipe	2.500,00	2.830,00	1.330,00
São Paulo	4.810,00	5.520,00	2.590,00
Tocantins	3.500,00	4.060,00	1.860,00

Fonte: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

*OBS.: Os dados referentes aos Estados da Federação cujos valores não aparecem nesta portaria, principalmente aqueles que já tiveram convenção coletiva fechada, estão sendo averiguados pela Fenavist.



THE HISTORY OF PHIVARA

